



Anais da Assembléia

N.º 35

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 1984

ANO X

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 031.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1984.
(QUARTA-FEIRA)

Solicito outrossim, que da decisão, seja dado conhecimento aos familiares da falecida.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Erondy Silvério.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Anibeli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antonio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE

Ofício:

Sob o n.º PMP/052/84, do Senhor JOÃO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Pinhão, comunicando que em data de 06 de abril de 1984, assumiu o Cargo de Prefeito Municipal, em decorrência do falecimento do Prefeito em Exercício do Senhor RUBENS FRANCISCO SPENGLER, ocorrido em 04 de abril de 1984.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no desempenho de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto n.º 200/83 que dá nova redação ao Artigo 51 da Lei Complementar n.º 2 de 18/06/73; e dá outras Providências (Fixa Remuneração dos Vereadores e Verba de Representação dos Presidentes de Câmaras Municipais).

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois ouvido o Plenário, voto de congratulações aos Deputados que não traíram nem se acovardaram no último dia 25 de abril: Alencar Furtado, Amadeu Geara, Anselmo Peraro, Aroldo Moletta, Borges da Silveira, Celso Sabóia, Dilson Fanchin, Hélio Duque, José Tavares, Mattos Leão, Olivir Gabardo, Osvaldo Trevisan, Paulo Marques, Pedro Sampaio, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Santinho Furtado, Sebastião Rodrigues Jr., Valmor Giavarina e Walber Guimarães do PMDB e Alcení Guerra, Antonio Mazurek, Luiz Antonio Fayet e Norton Macedo do PDS.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Será feita em Plenário

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de VOTO DE LOUVOR ao Conselho Editorial do Jornal "FOLHA DE LONDRINA" a propósito da CAMPANHA PELA VOLTA DO CAFÉ.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Deve merecer de todas as forças vivas do Estado do Paraná, em particular de sua Assembléia Legislativa, especial atenção a campanha pela volta do café encetada pelo valoroso jornal "FOLHA DE LONDRINA".

Colocando-se uma vez mais como vanguarda no levantamento das teses patrióticas e paranistas, a "FOLHA DE LONDRINA", através de seu combativo corpo de jornalistas e colaboradores, identifica, com precisão, na monocultura um dos principais elementos do atraso do subdesenvolvimento, da recessão e da fome no Brasil. Nada mais justo, em vista disso, que a utilização de sua poderosa influência nas relações sociais, políticas e econômicas da Região e do Estado em que se insere rumo à autonomia, independência e retomada do desenvolvimento a partir de proposta concretas e acertadas.

Neste sentido, a iniciativa merece desta Casa o VOTO DE LOUVOR e, mais que isso, a integração desprendida de todos os parlamentares interessados na superação da crise, fruto da política financeira, econômica, social, agrícola e institucional patrocinada pelo regime militar. A "Folha de Londrina" o apoio e os cumprimentos.

Anexe-se ao presente o artigo do Caderno 2, da FL, do dia 4/5/84.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 61/84, de sua

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVAATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Basílio Zanusso, José Antônio Fonseca, Jorge Maia, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Artagão Mattos Leão, Ivan Gubert e Anibal Khury. Nada havendo a tratar no Horário do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: Proposição 97/84, do Deputado Roberto Requião e outros. Requer envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de que seja sustado o andamento do processo movido contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira pelo Secretário de Finanças, Erasmo Garanhão. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. Encerrada a votação, usou a palavra o Deputado Nelson Buffara, salientando que esta Casa fez justiça ao caso do Deputado Luiz Alberto Oliveira, lamentando que o mesmo tenha figurado como réu durante algumas semanas, aproveitou ainda para cumprimentar o Deputado Artagão Mattos Leão pelo parecer exarado. O Deputado Tadeu Lúcio Machado, salientou que a decisão tomada tinha por finalidade preservar o Poder Legislativo, e que a Liderança do PMDB, apoia a presente decisão pois a mesma visa preservar o Parlamentar, salientou porém que o Deputado Luiz Alberto Oliveira deve pesar mais as suas palavras, independentemente de contra quem estejam sendo dirigidas. O Deputado Basílio Zanusso agradeceu à Bancada do PMDB pelo empenho na tramitação desta matéria. O Deputado Ezequias Losso congratulou-se com o Senhor Relator da matéria e salientou que o Parlamento deve manter a sua soberania. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário.

Sala das Comissões, em 25/04/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
Osvaldo Marques - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 10.^a LEGISLATURA7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na

Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, contando com a presença dos seguintes convidados: Octaviano B. Duarte, Presidente da ANBA e INDALPAR; Manoel O. V. Neto, da CONASEN/Ministério da Agricultura; Inre Lajos Papp, Secção de Algodão do Instituto Agrônomo de Campinas, Carlos Alberto Satti, do Projeto de Algodão do IAPAR; Luiz Trukiewicz do Projeto de Algodão do IAPAR; Guntolf Van Kaick, Presidente da OCEPAR; Osmar Dias, Presidente da CAFE DO PARANÁ; e vários representantes de Cooperativas de nosso Estado, e os seguintes Deputados: Paulo Furiatti, Sabino Campos, Dirceu Manfrinato, Amélia Hruschka, Edgard Pimentel, Basílio Zanusso. Os pronunciamentos da presente reunião encontram-se traduzidos em notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os presentes e a gentileza em terem aceito o convite para participar da reunião da comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual para constar eu, Marlene Couto de Cristo, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada será assinada por mim, bem como pelo Senhor Presidente da Comissão para que se produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 05/12/83.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Marlene Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Furiatti, Eduardo Baggio, Sabino Campos e Orlando Pessuti, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e os Senhores Deputados Basílio Zanusso, Augusto Carneiro e Edgard Pimentel do Partido Democrático Social, reuniu-se a Comissão de Agricultura na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma do artigo 40 do Regimento Interno, o Senhor deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Sabino Campos e Eduardo Baggio, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Senhor Deputado Sabino Campos agradeceu aos Membros da Comissão a confiança nele

depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas à existência de matéria, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária.

Sala das Comissões, em 28/03/84.

(aa) SABINO CAMPOS - Presidente
Marlene Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 10.^a LEGISLATURA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, contando com a presença dos Srs. Deputados Paulo Furiatti, Sabino Campos, Mário Pereira, Eduardo Baggio e Basílio Zanusso. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia. Foram aprovados os seguintes Projetos: Projeto de Resolução n.º 11/83, de autoria da C.C.J. Aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência da SUDESUL. Relator Senhor Deputado Edgard Pimentel. Parecer favorável. Aprovado. Projeto de Lei n.º 39/83, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno. Dispõe sobre o controle de Agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Sabino Campos. Parecer favorável. Aprovado. Em seguida falaram os Senhores Deputados Sabino Campos, Paulo Furiatti e Eduardo Baggio dizendo que o Agricultor deve procurar o Veterinário ou Engenheiro Agrônomo antes de aplicar o inseticida, pois ele pode causar um grande mal sendo aplicado sem a devida atenção. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando uma nova reunião da Comissão junto com a OCEPAR e a CAFE DO PARANÁ, Técnicos e Pesquisadores enviados pelas mesmas a fim de debatermos em conjunto o problema ligado à Semente de Algodão em nosso Estado, e para constar eu Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que se produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 25/10/83.

(aa) ORLANDO PESSUTI
Presidente

Marlene Couto de Cristo
Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado, com a presença dos Senhores Deputados Márcio José de Almeida, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti e Amélia Hruschka. O Senhor presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião, passando em seguida à leitura do documento reivindicatório dos Cirurgiões Dentistas da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social. Ouvida a leitura do documento dos Cirurgiões Dentistas da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, a Comissão se comprometeu, através de audiências ao Senhor Governador do Estado, solicitar o envio de mensagem à Assembléia Legislativa consolidando tal reivindicação. A presente reunião contou com a presença dos Senhores Edmir Machado, Nelson Crivelaro, Luiz Dirceu da Silva, Isidoro Alegrini Bertoli, Orlando Filizola e Senhoras Alcinda Alves Pedroso, Noely Rosa do Amaral, Maria Gabriela Pereira Sabbag, Verônica Rebka e Elisa Carmem Lacombe Santos. Passando em seguida a leitura a Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações, e em seguida passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado os seguintes Projetos de Lei. PROJETO DE LEI N.º 61/83 - de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo instalar Creches junto aos Postos de Saúde do Estado e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Márcio José de Almeida, advogado. Parecer FAVORÁVEL, Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 156/83 - de autoria do Senhor Deputado Márcio José de Almeida. Dispõe sobre a ação Social do Estado no que respeita a educação - habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiência e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 190/83 - de autoria do Senhor Deputado Márcio José de Almeida. Veda contratação de Serviços Médicos através de empresas de previdência aberta e de medicina em grupo, pela Administração Direta e Indireta do Estado, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. O Senhor Presidente determinou a Secretária da Comissão que oficiasse ao Senhor 1.º Secretário deste Poder, solicitando a liberação das dependências do Pequeno Auditório, para o dia 10 de maio próximo vindouro. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produ-

zirá os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor presidente, demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo, Secretária da Comissão.

(aa) MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA

Presidente.

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata de instalação, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 152/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 95/83, objetivando doar ao Município de Campo Largo, o edifício localizado na Praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Forum da Comarca, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 157/83, de autoria do Deputado Nestor Baptista. Dispõe sobre plantação de Pinheiro do Paraná ou Erva-Mate, em terras que confrontam com rodovias pavimentadas, e dá outras providências. PROJETO DE LEI n.º 172/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Terra Boa. PROJETO DE LEI n.º 173/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 107/83, que doar edifícios dos Terminais Rodoviários de Passageiros aos Municípios que especifica. PROJETO DE LEI N.º 176/83, de autoria do Deputado Roberto Requião que declara de utilidade pública a entidade Lar de Ananda, com sede e foro na Cidade de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 177/83, de autoria do Deputado Roberto Requião, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores Vila Leão, com sede e foro em Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 180/83, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que denomina "Heitor Alencar Furtado", a estrada que liga Paranaíba a Santa Isabel do Ivaí. PROJETO DE LEI N.º 184/83, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Norte Paranaense de Audio Comunicação Infantil- ANPACIN, com sede e foro na cidade de Maringá. PROJETO DE LEI N.º 192/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de utilidade

pública a Associação de Senhoras de Rotarianos, com sede e foro na cidade de Campo Mourão, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs 99/83 e 100/83, e o Deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos processos: PROJETO DE LEI N.º 26/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão. PROJETO DE LEI N.º 52/83, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que dá denominação à Pr-457, de no trecho entre Nova Esperança e São Carlos do Ivaí. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 76/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno e outros que dispõe sobre alteração dos dispositivos nos artigos 44, 59 e 75, incisos I, XVII e XXIV da Lei Complementar n.º de 18.06.73, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 83/83, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que regulamenta a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da Administração Pública, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 126/83, de autoria do Deputado Mário Pereira, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Paz, Amor e Luz, com sede e foro no Município de Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 130/82, de autoria do Deputado José Domingos, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Frei Miguel Maria Botaccin. PROJETO DE LEI N.º 143/83, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a Obra de São José, com sede e foro no Município de Alto Piquiri. PROJETO DE LEI N.º 189/83, de autoria do Deputado Leônidas Chaves, que denomina "Moacir Júlio Silvestri", a Rodovia PR-170, que liga o município de Guarapuava ao município de Pinhão, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 193/83, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Assaí. PROJETO DE LEI N.º 197/83, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva de Cianorte. PROJETO DE LEI N.º 198/83, de autoria do Deputado Airton Cordeiro, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º

205/83, de autoria do Deputado Orlando Pessutti, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Manoel Ribas, com sede no Município de Manoel Ribas e Foro na Comarca de Ivaiporã. PROJETO DE LEI N.º 208/83, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara de utilidade pública a Fundação Celepar, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 210/83, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário ao Menor, com sede e foro na Ci-

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja informado em caráter de urgência, as condições que até agora impediram a instalação de um posto de vendas daquela Companhia na Municipalidade de Mariluz.

A formulação de tal pedido, se faz necessária, uma vez que não se tem conhecimento de qualquer posicionamento oficial tanto pela CAFE DO PARANÁ como da própria Secretaria de Estado da Agricultura, fato que permitiu (como ainda acontece) uma série de questionamentos de quais seriam os reais motivos de tamanha morosidade. Vale lembrar que a Prefeitura Municipal de Mariluz, através do Excelentíssimo Senhor Joaquim Lopes Gutierrez, Chefe do Executivo, aceitou basicamente todas as condições previamente estabelecidas, ou seja: a instalação do referido posto bem como as condições de funcionamento, cabendo somente à CAFE DO PARANÁ a contratação e pagamento de um ou mais funcionários para os atendimentos que tornar-se-ão necessários. Tal compromisso inclusive ficou formalizado em um ofício que o Digníssimo Senhor Secretário da Administração Municipal daquela cidade, datado do dia seis de outubro de mil novecentos e oitenta e três, encaminhou reafirmando o real interesse da imediata instalação do citado posto.

Ademais, a reivindicação em tela mereceu amplo apoio da Câmara Municipal de Vereadores, através do seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Francisco Inácio Leite, em nome dos demais integrantes daquela Edilidade aliado ao pedido do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro assinado por Manoel Neto de Lima, Excelentíssimo Senhor Presidente, onde ambos reafirmam a importância da instalação do Posto da CAFE DO PARANÁ para toda a região de Mariluz, além de demonstrarem profunda insatisfação para com a forma que vem sendo tratado tal pedido, cuja lentidão traz indiscutivelmente, prejuízos aos proprietários rurais, que atualmente estão à mercê de uma assistência mais condizente com o potencial daquela rica e próspera região do Estado do Paraná.

Em razão dos motivos ora apresentados, espera-se dessa Secretaria de Estado da Agricultura e CAFE DO PARANÁ, o esclarecimento dos fatos ocorridos bem como a adoção imediata de medidas que venham de encontro à concretização do funcionamento do posto de vendas na Municipalidade de Mariluz.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a realização de estudos devidos visando avaliar a real necessidade de se liberar recursos de ordem financeira para serem aplicados na continuidade das obras de construção de um futuro museu, bem como benfeitorias,

na reserva florestal localizada na Municipalidade de Fênix.

O Município de Fênix tem atualmente aquilo que pode ser considerado algo em acelerada extinção, ou seja: uma reserva florestal que praticamente não foi agredida pela ação geralmente gananciosa do homem, cuja área tem sido motivo para que a comunidade de um modo geral demonstre, através das mais diversas formas de manifestações, seu real interesse não apenas em sua preservação, mas especialmente em fazer do imenso local um ponto de atração turística.

Diante de tal realidade, para que se assegure as pretendidas construções de infra-estrutura, torna-se imprescindível que essa Secretaria de Estado das Finanças dê o devido apoio financeiro que permita o mais breve possível, a concretização das obras atualmente paralisadas, assim como a implantação de outras benfeitorias, tais como: o próprio museu, pavimentação asfáltica de acesso, calçamentos, locais de lazer, sanitários, etc.

Diante de tais razões de importância da implantação do referido parque de visitação pública aliados à imperiosa necessidade de recursos para dotá-lo a altura, é que motivou esse requerimento, atendendo especialmente a iniciativa do ilustre integrante da Câmara Municipal de Fênix, o Excelentíssimo Senhor Vereador José Luiz Costa.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a destinação de informações e subsídios a respeito das experiências vivenciadas em razão da criação e atuação dos Conselhos de Seguranças existentes em diversas localidades do Estado do Paraná.

Atualmente, é de conhecimento público que estão sendo criados inúmeros conselhos comunitários de segurança como forma de contribuir na melhoria das condições de segurança nas cidades do Estado do Paraná, ante a crescente elevação dos índices de criminalidade verificados, causadores de intranquilidade no que tange ao patrimônio as garantias individuais do cidadão e a própria ordem pública de um modo geral.

Neste sentido, é sabido que um dos maiores problemas vivenciados no Brasil, inclusive em nosso Estado, é realmente os relacionados à segurança, onde se presencia, diariamente, as mais absurdas ações criminosas até as consideradas de caráter comum.

Tal realidade é originária por diversos fatores, mas indiscutivelmente destacam-se os aspectos da grave crise econômica por que passa o País, cujas consequências atingem todo o povo, mas especialmente as camadas de menor poder aquisitivo. No caso referente ao Paraná, os desdobramentos desta política que há vinte anos infelicitam a Nação, são identificados no setor agrícola, onde o Governo Federal cada vez mais adota uma política de desestímulo

aos produtores rurais, fazendo que os de menor porte não resistam a referida política e acabam por vender suas áreas para os chamados grandes proprietários (geralmente grandes multinacionais) criando com isto, o latifúndio. Esta situação, aliados a outros fatores, como a modernização das atividades do setor, traz uma consequência das mais sérias: o chamado êxodo rural, onde trabalhadores (os conhecidos bóias-frias) sem campo de trabalho, partem em busca de outras regiões, indo grande número para os centros urbanos.

Sem qualificação profissional, homens geralmente com toda a sua família (mulher e grande prole) tentam sua sorte, iludidos pela facinação das grandes cidades, logo desfeita ante a sua falta de qualificação profissional e a própria ausência de oportunidade de emprego ou a instabilidade do mesmo. Diante desta conjuntura, no desespero, o homem passa a agir no sentido de garantir a sua sobrevivência, nem sempre de forma honesta. E é exatamente aí que surgem os criminosos de toda ordem que contam a seu favor, a morosidade da justiça e principalmente pelas amplas deficiências de ação dos organismos policiais, tanto os de caráter preventivo como os de caráter repressor.

Por outro lado, a população que em muito sofre com a insegurança e a intranquilidade, mais do que nunca tem procurado discutir meios de ação que condicione os organismos policiais a agirem com maior eficácia além de na própria comunidade saber melhor prevenir-se ante ação dos inimigos do alheio.

Exemplo disto é o próprio Município de Goioerê, que, baseando-se em outras cidades, está por efetivar a implantação do seu Conselho Comunitário de Segurança, valendo destacar as valiosas iniciativas do Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal daquela cidade que é também Presidente do Diretório Municipal do PMDB, Antônio Bernardino Sena Neto, respaldado especialmente pelos órgãos de imprensa existentes: a Rádio Goioerê e o Jornal "Tribuna" da região, ambos de conceituada e conhecida atuação em defesa dos legítimos interesses da comunidade daquela rica e vasta região.

Para tanto, faz-se necessário que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública, oriente nessa criação do referido Conselho, enviando subsídios dos resultados e experiências, colhidas onde já existem tais conselhos, para que então as lideranças políticas, comunitárias e autoridades, possam garantir a formação de um órgão de segurança (Conselho) à altura de auxiliar os responsáveis pela ordem pública, bem como criar uma consciência dos reais problemas relacionados ao setor.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, como também da inserção na ata dos trabalhos de hoje, do anexo Editorial do Jornal "Gazeta do Povo", edição do dia 04 do corrente, de autoria do Professor IVO ARZUA PEREIRA, sob o título "OS QUATRO PONTOS DE UMA ESTRATÉGIA DE SALVAÇÃO NACIONAL".

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Casa do Editorial da "Folha de São Paulo" CONGRESSO NÃO, DIRETAS-JÁ, do dia 4 de maio de 1984, com envio de VOTO DE LOUVOR ao Editor-Chefe, jornalista Boris Casoy.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Folha de São Paulo" reafirma, com maior firmeza e convicção, seus princípios democráticos, sua tradição de fé no progresso e na liberdade.

Rejeitando de modo categórico o ilegítimo e espúrio Colégio Eleitoral, nega legitimidade ao Congresso Nacional, para, em nome da Nação, escolher o próximo Presidente da República. E o faz tendo na devida conta as condições em que se realizaram as eleições de 1982, identificando o arbítrio e o autoritarismo do processo eleitoral.

Indubitavelmente, uma posição histórica, corajosa e desprendida. Afinado com os mais caros anseios de diretas-já, o jornal "FOLHA DE SÃO PAULO" inscreve-se na História da Imprensa Livre e Independente no Brasil.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 104/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA LUZIA", com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A documentação em anexo, comprova plenamente que a Associação Beneficente Santa Luzia preenche os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública, eis que possui personalidade jurídica e está em efetivo funcionamento, prestando desinteressadamente serviços à coletividade, desde a sua fundação.

Cumprе ressaltar que a Associação não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e aos cargos de sua Diretoria são exercidos sem qualquer remuneração.

A presente iniciativa, além de inserir a entidade no rol legal do reconhecimento público, significa também o aplauso e incentivo ao muito que a associação vem realizando e certamente continuará a realizar no âmbito da benemerência e em prol dos necessitados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda

a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados, integrantes da Diretoria da Associação dos Professores do Estado do Paraná, aqui presentes.

Pedimos desde já, aos Srs. Deputados, a aprovação do Projeto de Lei que extingue estágio probatório aos Professores que cumpriram um mínimo de anos de trabalho, nas Escolas da rede oficial de ensino, isso porque, Srs. Deputados, não podemos ficar omissos ante a perspectiva da exoneração de milhares de professores paranaenses que enfrentando sacrifícios sem conta, estão assumindo o desafio de lecionar a distâncias de seus lares, até mesmo superiores a 500 quilômetros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de externar a nossa opinião totalmente favorável ao requerimento formulado pelo Líder do PDS nesta Casa, Deputado Luiz Alberto Oliveira, o qual convoca o Secretário do Planejamento, Dr. Belmiro Valverde, para prestar esclarecimentos em torno de denúncias levantadas em torno de operações em moeda estrangeira, por parte da Secretaria das Finanças.

Da mesma forma, nós do PMDB, pretendemos estender, não apenas a este Secretário, mas também ao Secretário das Finanças, Dr. Erasmo Garanhão, mesmo porque os fatos são públicos e é aqui nesta Casa onde devem encontrar ressonâncias as indagações e inquietações populares, que nós todos Parlamentares devemos discutir abertamente, sem receio da verdade em torno de tudo aquilo que diz respeito à segurança, ao bem-estar e à própria credibilidade daquilo que ocorre nas esferas governamentais.

Enquanto, Senhor Presidente, Srs. Deputados, aguardamos a decisão da Comissão de alto nível a respeito do assunto em pauta, convém frisar que em data de 30 de abril próximo, passado, o Fisco paranaense logrou a performance de 371% acima do que arrecadou ao término de abril de 1983.

Enquanto muitos Estados brasileiros sonham em empatar com a inflação, o Paraná marcha seguro na trilha do "superavit" em verdadeiro oásis no deserto da recessão nacional.

Atônita, frente à nova ordem das coisas, a sociedade paranaense passou a descobrir e a aplaudir a coragem do ex-Vereador, ex-presos político, Erasmo Garanhão, que varreu as teias de muitos monstros sagrados, historicamente situados além do Fisco, das malhas do Fisco Estadual.

E hoje eles afiam as garras contra o intruso que lhes foi punir na inchada pança da sonegação.

Srs. Deputados, mesmo insultados na ótica ainda da restrita informação parlamentar, que ao episódio estamos assistindo estranha a contradição da denúncia, o Secretário do Planejamento, o co-responsável por todas as operações do Governo, realizadas em moedas estrangeiras, como explicar que só agora tenham vindo à tona, denúncias que deveriam ter sido feitas para que não se efetivasse uma transação financeira sobre a qual paira suspeição, se a taxa de 8% sobre a operação financeira de nove milhões e oitocentos mil dólares junto ao Midland Bank estivesse fora do mercado, não deveria ter sido o Secretário do Planejamento o primeiro a protestar?

Haveremos de respeitar as provas deduzidas pela Comissão de alto nível sobre o caso, mas custamos a crer na omissão do Secretário do Planejamento do Paraná, mesmo porque as operações de crédito do Estado, jamais se realizaram sem o prévio conhecimento do Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

É por isso que o estilhaço levantado tem um condão suicida, mesmo nas roupagens de uma taxa acionada como gatilho em que incrustadas estão motivações de todos os matizes.

Muito obrigado. — (Foi anexado o inteiro teor do pronunciamento). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estive lendo nos jornais que circularam na data de ontem, notícias veiculando acontecimentos que ocorreram no Município de Ampere, no Sudoeste do Paraná, quando os jornais acusam o Secretário de Segurança Pública — Luiz Felipe Mussi — de omitir-se em socorro a cidadãos daquele município baleados por ocasião do roubo de um automóvel.

O importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que se tenha pleno conhecimento dos fatos para julgá-los; o importante é que se conheça a verdade dos fatos quando se faz uma afirmativa para denegrir a imagem de um Secretário, ou até mesmo de toda Segurança Pública do nosso Estado. Estávamos juntamente com o Secretário da Segurança, com o Coronel Raul, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, numa reunião da ANSOP, na Cidade de Pranchita, quando exatamente se tratava sobre segurança pública, oportunidade em que a Secretaria de Segurança Pública, no espírito de dialogar com as comunidades, buscando solução para esse crucial problema que atravessa o Paraná e o Brasil inteiro, dialogava com Prefeitos e comunidade, a forma de podermos juntos - Governo e comunidades - darmos combate à marginalidade que tem criado tantos problemas para a população do nosso Estado. Obviamente, a reunião foi das mais interessantes onde Prefeitos daqueles municípios puderam demonstrar as suas preocupações, indagar do Sr. Secretário e receber do mesmo a resposta pelas providências tomadas. Nesse período de tempo, houve um incidente na Cidade de Ampere e foi acusado o Secretário de Segurança de haver passado pelo local e encontrado as pessoas feridas e não ter dado assistência.

Gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, desta Casa e desta tribuna, dizer que essas notícias não condizem com a verdade, não são verdadeiras, porque estávamos juntamente com o Sr. Secretário viajando em veículo da minha propriedade e não encontramos ninguém, na estrada; pode ter ocorrido de alguém que estivesse na reunião ter passado pelo local, mas certamente não o Secretário da Segurança, nem tampouco o Coronel Raul, Comandante da Polícia Militar.

Preocupa-nos a Segurança Pública; preocupa-nos a certeza que a população tem, de que precisamos

combater a criminalidade, mas preocupa-nos mais ainda o não pré-julgamento de fatos que não ocorreram e que venham a denegrir o trabalho que tem sido feito.

Agora, ainda, no dia 11 do corrente mês, estarão sendo entregues, em Curitiba, veículos novos para as Delegacias do interior do Estado do Paraná. Recentemente, entregou-se às Delegacias armas de grosso calibre para poder fazer frente ao crime organizado que campeia solto por esse Brasil inteiro. Quando ouvimos acusações do tipo, chamar um Delegado para entregar uma carabina de calibre doze, nós perguntamos até onde tínhamos segurança neste Estado que nos leva, hoje, a entregar uma carabina numa Delegacia que não tinha nenhuma. Quando reformamos os veículos e entregamos uma nova frota para as Delegacias, nós os perguntamos o que foi feito pela Segurança em tempos passados que deixou-a ir tão mal, a ponto dos municípios não possuírem veículos sequer para fazerem a segurança.

Anunciada a medida, e já neste mês está sendo distribuído pela Secretaria, o combustível necessário para os veículos das Delegacias de Polícia. E nesta Casa, tramita projeto do Executivo, autorizando a contratação de pessoas para a Segurança Pública receberem os seus vencimentos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo o Pequeno Expediente desta Casa, no dia de hoje, para deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, a homenagem que um Deputado Federal do Paraná recebeu, de um grande jornal deste País, quando a “Folha de São Paulo” instituiu um prêmio, um título melhor dizendo, solicitando as manifestações do eleitorado, dos eleitores, para que o Deputado que tivesse maiores números de manifestações, fosse agraciado com este título, e o Paraná se fez presente, e um Deputado Federal do PDS foi agraciado pela vontade dos eleitores no voto direto.

Eu gostaria de registrar hoje, o prêmio que o Deputado Oscar Alves fez jus, quando teve o maior número de votos, vindos de todo o Brasil, para o jornal “Folha de São Paulo”, em que ele recebeu o prêmio, cujo título é “O Prêmio Justo Veríssimo”.

Na verdade, a manifestação foi dos eleitores do Paraná, que, disparadamente, à frente de muitos justos veríssimos da Pátria, como Amaral Neto, ele teve seis vezes mais votos, que o próprio Amaral Neto somando 686 votos. E com esta votação enorme, o Deputado Oscar Alves fez jus a este prêmio, e nós temos a convicção de que este prêmio, efetivamente foi dado ao Deputado Oscar Alves, este título pela sua participação, pela sua permanência na votação do dia 25 de abril, no Congresso Nacional, quando foi votada a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia o voto direto para Presidente da República, já.

Não querendo fazer injustiça, porque outros tantos Deputados do PDS votaram “não”, e outros

tantos sequer foram ao Congresso Nacional, nós tivemos apenas três votos em abstenção, que foram exatamente do Paraná, comandado pelo Deputado Oscar Alves, quer dizer, Deputado foi ao Congresso, e se absteve de votar, tal qual fosse um Deputado sem sentido e conteúdo da sua vida política.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tal manifestação se fez, que nós ocupamos esta tribuna apenas para registrar nos Anais desta Casa, um título conseguido por um Deputado do Paraná, que é o “Prêmio Justo Veríssimo”, que é o personagem do Chico Anísio, conhecido pelas suas idéias anti-povo, e que efetivamente tem uma prática diária contra o povo brasileiro.

E não há dúvida nenhuma, de que com a posição do Deputado Oscar Alves na Câmara Federal no dia 25 de abril, ficou caracterizada esta posição de anti-povo, de traição à vontade popular pelas eleições diretas, porque o povo não sabe votar.

Esta somatória de posicionamentos de que o povo não sabe votar, deu a este Deputado então o “Prêmio Justo Veríssimo” pela vontade dos eleitores do povo do Paraná, em voto direto à “Folha de São Paulo”.

Muito obrigado, Senhor Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Em quase vinte meses, o nosso sofrido País já emitiu cinco tipos de versões que foram insertos numa fatídica “Carta de Intenção”, cujo teor, no seu todo, não é do conhecimento da Nação Brasileira. Registram-se, pois, mudanças e ajustes de metas a cada três meses. Isto representa um forte testemunho do grau de irrealismo e da falta de seriedade com que é conduzida a economia brasileira: promete-se hoje o que não se poderá cumprir amanhã.

E, de tanto descumprir o que se poderia denominar “Carta de Submissão”, foi concebido um novo vocábulo técnico que visa melhor justificar as discrepâncias que a realidade teima em apresentar em confronto gritante com as previsões e obrigações firmadas entre as partes. O novo termo, incluído na última Carta, é “alvo”, que difere de “objetivo”. O primeiro, corresponde ao desejável, e não causará problemas, caso não tenha confirmação na prática. O segundo, por sua vez, é uma exigência, devendo, necessariamente, ser cumprido.

Sejamos exatos, isto é estelionato em cima de agiotagem. Figura jurídica interessante. Estelionatário versus agiota. Vale a pena lembrar o dito popular: “Ladrão que rouba ladrão, tem cem anos de perdão”.

Na verdade, além das sutilezas de semântica tecnoburocrática e da crescente falta de confiança dos que ajustam os termos desses acordos, nas metas e obrigações traçadas, o que importa é que continua a prevalecer a insólita estratégia recessiva nesta seqüência de Cartas de Intenções, que está cobrando pesados e desnecessários tributos ao organismo

econômico e social brasileiro.

O FMI mantém a tendência de aplicar terapêutica à economia brasileira e a todas as nações que a ele têm de se render, o que é absurdamente inaceitável e inaplicável, uma vez que cada País possui características próprias e típicas de cada região. Não restam dúvidas de que o nosso País atravessa por problemas de natureza estrutural e econômica, e não somente o desequilíbrio financeiro alegado pelo FMI, considerando que o Governo Federal perdeu a capacidade de intervir no processo econômico nacional em seu todo.

O problema brasileiro e de outros países infelicitados pelos malefícios da tutela deste organismo não é oriundo de desequilíbrio temporário de Balança de Pagamentos e de escassez de divisas. Pelo contrário, trata-se, na verdade, sob este ângulo, de gravíssimo endividamento, ao par da impossibilidade de geração de receitas líquidas cambiais para atender as amortizações dos empréstimos e os serviços da dívida, especialmente os juros.

Outro item atacado veementemente pelo FMI são os altos salários percebidos pelos brasileiros, que, ao ver daquele Organismo Internacional, é um "bicho papão" que assola a Nação brasileira. Prova-se que, mesmo os cortes salariais e o arrocho na expansão da moeda e do crédito, não contiveram a assoladora inflação que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, hoje atinge 217%, enquanto que a realidade talvez seja, hoje, de 300%, índice inédito na nossa história e um dos mais elevados no âmbito mundial, perdendo, na América Latina, apenas para a Argentina. No entanto, um dos setores que não vem sofrendo, e sim lucrando com a atual inflação, é o sistema financeiro nacional, que cresce com acinte, talvez pela sua aplicação, que é dirigida a fins especulativos e de intermediação, ao invés das atividades produtivas, o que seria ideal, e para cujos meios foi criado.

Mas, temos aí a quinta Carta de Intenções, ou mais apropriadamente, "Carta de Submissão", dando seqüência à atual política recessiva e desumana do FMI, devendo agigantar-se com o corte do subsídio ao trigo, vindo assim, afetar de forma radical as camadas sociais de menor renda da população brasileira, que ficará mais carente, faminta e sub-nutrida, a partir da data de tomada dessa medida. Os resultados esperados - economia governamental de cerca de 300 bilhões de cruzeiros - equivalem e até são inferiores ao prejuízo social causado pelo escandaloso caso da "Coroa-Brastel" e da "Capemi".

O Estado do Paraná, essencialmente agrícola, com a tomada dessas medidas, virá a sofrer sobremaneira, uma vez que o crédito às atividades rurais foi praticamente cortado ou reduzido, e por que não dizer, eliminado, deixando o nosso homem do campo sem o apoio a que tem direito por parte do Governo Federal.

É incontestável que existe um consenso nacional de que o FMI e o Governo Federal incorreram num inconcebível engano no diagnóstico das causas e na aplicação das medidas corretivas para assegurar a normalização da economia brasileira. Todos querem mudar a política econômica, e agora, sem delongas, conscientes de que o prolongamento dos sacrifícios impostos ao organismo econômico-social, além de altamente recessivo, não conduzirá a nada: será em vão. Há unanimidade quanto a que se deva dar um "basta" às medidas irrealistas e ao posicionamento

de falsa ingenuidade dos nossos tecnoburocratas, que manejam os desgastados instrumentos de política econômica e que introduziram a "fechadura monetária" no Brasil.

No plano nacional, a saída para o dilema passa necessariamente pelas eleições diretas do próximo Presidente da República. Este, com respaldo da Nação, conferido pelo voto popular, resgatará a soberania nacional e renegociará a dívida, hoje sabidamente impagável.

Reintroduzir-se-á a política voltada à recuperação e ao desenvolvimento do nosso potencial produtivo.

De outro lado, prazos, taxas de juros, abertura às exportações brasileiras, são alguns tópicos dos termos da renegociação soberana e, principalmente, o firme propósito de não submeter à discussão as linhas básicas da política econômico-social brasileira.

De outro lado, no plano das nações desesperançadas pela ação do FMI e pela perversa ordem internacional, buscar-se-á uma profunda reflexão com vistas a promover mudanças no sistema financeiro internacional. A Argentina, que já suspendeu o pagamento de juros, será um dos primeiros parceiros nesta caminhada. Venezuela e México, certamente, estarão junto com o Brasil. Os quatro países somam quase um terço do débito dos países em desenvolvimento.

Para que tudo isso ocorra, basta que haja sensibilidade para captar as angústias e a vontade nacional".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) -- Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu tenho assistido a muitos dos Srs. Deputados do PDS nesta Casa, afirmarem que o Governo José Richa tem discriminado os municípios dirigidos por Prefeitos do próprio PDS.

Preocupado com isso, e por não acreditar que assim esteja ocorrendo, nós solicitamos do Governo, um levantamento sobre os recursos orçamentários, deixando de lado outras fontes, recursos orçamentários, repassados pelo Governo Estadual aos municípios do Paraná, em dois períodos administrativos, relativos a 1.983: janeiro a março (Governo passado), abril a dezembro.

Quanto ao primeiro período (janeiro a março de 1983), os dados processados confirmam a ocorrência de discriminação na distribuição das verbas orçamentárias pelo Governo Estadual aos municípios, porém, em sentido inverso àquele atribuído pelas denúncias de Parlamentares pedessistas desta Casa, e portanto, com a origem completamente alheia ao Governo José Richa, sendo inteiramente de responsabilidade da gestão anterior.

Senão, vejamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados: o número de municípios que receberam repasse de recursos orçamentários no período mencionado: (último trimestre da administração anterior) - consumaram uma prática completa e absolutamente iníqua ao destinar 52% das verbas das Prefeituras do PDS, que representam

44% dos municípios de Estado contra 47% repassados aos 56% dos municípios do Paraná administrados pelo PMDB.

Vou repetir, Senhor Presidente, 56 municípios do Paraná administrados pelo PMDB, receberam 47% das verbas e 44% dos municípios do Estado administrados pelo PDS, receberam 52% no primeiro trimestre do ano passado.

Mas se compararmos com a população, já que o caráter absoluto desses números não revela total desigualdade, e essa é mais contundente se analisarmos em termos demográficos, os municípios do PDS que receberam 52% dos repasses, abrigam menos de 24% da população residente no Estado. Enquanto que os 77% dos habitantes residentes nos municípios do PMDB, teve a fatia de 47% verbas concedidas. A relação entre essas duas magnitudes, evidencia um acentuado desequilíbrio na distribuição "per capita" dos recursos orçamentários.

Já que, Cr\$ 130,27 coube aos municípios pedessistas, por habitante, e Cr\$ 37,37 coube aos municípios do PMDB, também por habitante. Fato que extrapola a conotação de favoritismo político-partidário, constituindo em prática socialmente injusta o que ocorreria no Governo passado.

E por último Sr. Presidente, ao analisar esse primeiro trimestre do Governo passado, a discriminação é ainda mais notória quando se constata que os municípios do PDS participaram com apenas 10% dos recursos arrecadados para o Tesouro do Estado, enquanto que a contribuição dos municípios do PMDB representou 89,77% do total da arrecadação tributária de 83.

Sr. Presidente, eu devo continuar no horário da Liderança para analisar o segundo período do ano de 83, de abril a dezembro de 1983.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — No

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Augusto Carneiro, último orador inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná está abalado, apreensivo nestes últimos dias com as manchetes de todos os jornais da capital de nosso Estado e do Interior, abordando o problema deste conflito de denúncia de uma Secretaria contra a outra do Governo José Richa. E dentro estas notas dos jornais do nosso Estado, uma delas por se coadunar perfeitamente com aquilo que eu interpreto este episódio, eu tomo a liberdade de ler:

"O CRIME DOS SECRETÁRIOS", é do "Jornal do Estado" - edição de hoje.

"O Sr. José Richa assiste, impotente, ao desdobramento do processo de crise político-administrativa, deflagrada contra o seu Governo, pelo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário do Planejamento.

Há, na verdade, duas crises no Governo: a política, que decorre do fracionamento da sua equipe de comando, e a moral, na qual é posta à prova a idoneidade de dois auxiliares diretos: a do acusador e a do acusado.

A denúncia formulada contra o Sr. Erasmo Garanhão, por ter, supostamente, beneficiado com maior comissão a intermediação nos empréstimos

em dólares concedidos ao Tesouro do Estado, gerou uma divisão no âmago do Governo. Comenta-se, entre tantas informações que vazam das áreas oficiais, que o próprio Chefe da Casa Civil do Governador, Deputado Euclides Scalco, juntamente com o Secretário dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, estariam apoiando a ação do Sr. Belmiro Valverde.

Ao lado do Secretário Erasmo Garanhão teria se perfilado, prontamente, o Deputado Anibal Khury e também por edição de hoje que verificamos, o Deputado Tadeu França, após ter o Deputado Khury, procurado o Sr. Jayme Canet Júnior para definir sua posição contrária a do acusador, cuja investidura decorrerá da indicação do prócer pepista.

Quanto ao Sr. Jayme Canet, não cremos que se tivesse posicionado; homem prudente, de atitude moderada e clara, não seria do seu feitio aconselhar a criação de tal "affaire" desagregador dentro do Palácio Iguaçu.

A circunstância de desfrutar o Senhor José Richa, de imagem de homem incorruptível e digno, não impede uma repercussão negativa à unidade e a credibilidade moral do seu governo.

O conceito do Sr. José Richa, é um; o do Governo pode ser outro. Temos o exemplo de denúncia do jornalista Carlos Lacerda envolvendo políticos e autoridades do Governo Federal, no chamado "mar de lama" que levou ao suicídio o Presidente Vargas, sem que uma única vez em toda a vida pública daquele eminente estadista, tivesse sido levantada suspeita de deslize de sua honradez, até hoje tida como incorruptível.

É que a honestidade pessoal do Presidente da República deixara de ser retratada no comportamento dos homens que conpunham o seu Governo. O lamentável, no caso paranaense, é que um dos dois Secretários, acusador ou acusado, sairá com moral abalada. Provadas as denúncias do Sr. Belmiro Jobim Castor, estará comprovada a corrupção na Administração do Governo Richa. Constatada a improcedência dessas denúncias pela COMISSÃO DE ALTO NÍVEL, estará sendo condenado o Secretário de Planejamento a denúncia caluniosa, como irresponsável, leviano e inconseqüente membro do Governo.

Afastadas as considerações pessoais e políticas, qualquer um dos fatos constituirá prática de infração penal, há pois, um Secretário criminoso no Governo de José Richa, e eu espero que ele diga qual dos Secretários, para salvaguardar o seu Governo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência, o nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Como é de conhecimento de toda a Nação, o Congresso Nacional apreciou e rejeitou a Emenda Dante de Oliveira. Se essa emenda teve o mérito de sensibilizar a opinião pública nacional, ela teve também ao meu ver um erro clamoroso.

Foi a idéia de que ela vinha perfeita e acabada para ser votada. Mesmo assim Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados elevado número de Parlamentares

do meu partido, o PDS, se dispuseram a votar em favor da emenda, que restabelece as eleições diretas já para a Presidência da República. Principalmente essa decisão dos meus companheiros partidários, foi tomada principalmente após as declarações do Presidente Figueiredo quando de sua viagem à África, declarações essas que a Nação inteira conhece.

Sentindo isso o Governo Federal se dispôs a dialogar com a bancada do PDS, que manteve-se, aqueles companheiros que votariam favoravelmente à Emenda Dante de Oliveira. Mantiveram-se firmes no seu posicionamento. E afinal, exigiram do Presidente a remessa de Mensagem Governamental ao Congresso, que fosse alternativa, fixando data para as realizações de eleições diretas.

Como toda a Nação também o sabe, assim foi feito. E a Emenda do Governo, proposta ao Congresso foi ampla, porque além de fixar a data das eleições, reduziu o mandato do Presidente para quatro anos. E restabeleceu as eleições diretas para as Prefeituras das Capitais e também das Estâncias Hidrominerais, além de devolver ao Poder Legislativo, hoje um Poder mutilado, algumas de suas prerrogativas.

Porém, a meu ver, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a importância maior da Emenda do Governo reside no campo social, pois proíbe a criação de impostos pela via do decreto-lei, e, após a aprovação dessa emenda, somente o Congresso Nacional poderá elevar ou criar novos impostos.

Ainda no campo social, a emenda assegura ampla proteção aos filhos nascidos fora do casamento e à companheira. A emenda também estabelece normas relativas ao ensino. Enfim, a Emenda do Governo é uma emenda a ser discutida pelo Congresso Nacional, mas ela foi fruto de consultas que o Governo fez, inclusive, à sociedade.

Em contrapartida, eu pergunto: e a oposição? Qual foi a sua proposta? Nenhuma. Quis pura e simplesmente votar a Emenda Dante de Oliveira que não teve contribuição dos partidos nem da sociedade: a Emenda Dante de Oliveira foi encapada pelos partidos de oposição, mas não teve a contribuição dos mesmos na sua confecção, no seu estudo, principalmente no seu estudo de viabilidade.

Da mesma forma, a oposição havia se portado anteriormente quando recusou a votar o fim do Ato Institucional nº 5 e a proposta de Anistia elaborada pelo Governo. E, nesta Casa, Senhor Presidente, naquela oportunidade, quando a oposição, no Congresso Nacional, se negou a votar o Projeto de Anistia, nesta Casa, onde a ARENA de então, e o PDS era maioria, nenhum Deputado apresentou sequer voto de repúdio ao então MDB, ou PMDB, quanto mais declaração de "persona non grata" a aqueles Deputados.

E por que não o fizemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Porque tem aquela frase que só não cansa de ser repetida porque é verdadeira; é aquela frase que diz que todos conhecem mas não custa repetir novamente: "eu posso não concordar com nada do que você faz ou diz, mas dou minha vida para garantir o direito que você tem de dizer ou fazer o que quer". E democracia é isto, Senhores Deputados: se tem que lutar para que as pessoas digam o que pensam para poder também discordar delas. Agora, impedir o cidadão de pensar ou de

agir politicamente não é democracia.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Permite-me um aparte Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu darei logo na sequência.

O Deputado, após seu juramento, passa a ser um Parlamentar e, portanto, livre para votar e para pensar, e seu juiz supremo e único é o povo. O Deputado, depois que presta o seu juramento integra o corpo legislativo como um Parlamentar, livre para pensar, para agir, para votar. E quem é o seu juiz? Seu único juiz? É o povo. E eu pergunto: com que direito o Senhor Deputado Márcio Almeida chama de traidores e quer julgar os Deputados que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira? Com que direito esse pseudo-democrata, travestido de liberal quer impedir quem quer que seja de falar ou de votar? Com que direito?

Sr. Presidente e nobres Deputados, a atitude do nobre Deputado Márcio Almeida demonstra como é frágil a sua estrutura política, que é a ala radical do PMDB. E demonstra que após esses anos todos de exceção e de arbítrio, ele se posiciona como homem de um partido único. Somente um homem de partido único pode se posicionar desta maneira; a querer que todos pensem como ele pensa; que todos falem a linguagem que ela fala. Isto é muito próprio daqueles países lá atrás da cortina de ferro, que são comandados ferreamente por um partido único. Mas jamais com regime democrático.

Acho que adotar uma postura antidemocrática e tentar expor ao ridículo Deputados que usaram o direito de pensar e votar livremente, não é um serviço à Democracia. Não é a postura de quem se diz liberal. É a postura de um radical, que a Nação hoje não aceita mais, radicalismo de lado nenhum.

A postura do Deputado Márcio Almeida é a mesma de quem assinou o Decreto implantando as emergências no Distrito Federal, tentando impedir que o povo se manifestasse livremente. Da mesma forma está agindo aqui o nobre Deputado Márcio Almeida, se transformando em censor da alma humana.

Pergunto, afinal, estes Deputados do PDS que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira, não exigiram do Governo uma emenda alternativa? Toda a Nação sabe que eles não fizeram isto. E se o Presidente remeteu a Mensagem e de sua análise houve o convencimento de que ela era melhor do que a Emenda Dante de Oliveira? Daí a opção livre, democrática tomada por aqueles Deputados.

Quem é que pode julgar? É só o povo. Como nós não tínhamos o direito de julgar, naquela oportunidade, os Deputados do então MDB, que se negaram a votar o projeto de anistia, que se negaram a votar o fim do Ato Institucional nº 5.

Deixe o povo que julgue...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, estamos vendo Vossa Excelência falar a verdade. A verdade que dói. Para os homens que, às vezes, querem outra coisa.

Deputado Erondy Silvério, o Paraná, o Brasil estão cansados. O povo está cansado das promessas vãs dos homens que nos atacam, dos homens que pensam, que dizem que o problema dos dólares

Mas a verdadeira ignomínia, Sr. Presidente, é na justificativa, esta justificativa, Sr. Presidente, teria que ter um destino, não o cesto do lixo, mas uma utilidade que eu por respeito ao decoro desta Casa não nominarei. A esse lugar deve ser encaminhada essa justificativa. De tão aberrante, de tão absurda, de tão desumana e de tão cruel, de tão radical, partido de um homem que se diz democrata, que se diz liberal. Partindo de um Deputado que é um Deputado de partido único, que não admite convivência com os contrários; que não admite a livre manifestação do pensamento. Democrata é isto; é exatamente isto: a convivência com os contrários.

Esta justificativa, Sr. Presidente, envergonhará os Anais desta Casa, tal a baixeza do seu linguajar. Jamais a Casa poderá votar requerimento com esta justificativa. Eu me envergonho de proceder à leitura da mesma, tão desumana que ela é, tão radical, tão aviltante.

O Sr. Márcio Almeida — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria nobre Deputado Erondy, de, se o Senhor me permite, fazer a leitura da justificativa. Já que não tive oportunidade de fazê-la.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Tudo bem. Eu teria vergonha de fazer. Mas Vossa Excelência é radical. Pode proceder à leitura.

O Sr. Márcio Almeida — Eu gostaria de fazer a leitura para justamente embasar a minha argumentação a favor da aprovação do Requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência pode ser a favor da Emenda Dante de Oliveira. Vossa Excelência tem o direito de ser a favor ao que bem entenda. Mas não tem o direito de tentar impedir que outros parlamentares pensem de forma diferente de Vossa Excelência. Vossa Excelência não tem o direito de agredir ninguém. De pessoas que têm família, de pessoas que já prestaram serviço inestimável ao nosso Estado. Vossa Excelência é um neófito em política. Chegou ontem nesta Casa e quer fazer prevalecer o ponto de vista radical que Vossa Excelência veio embuído deste ponto de vista e deste propósito. Os verdadeiros democratas não se portam da forma como Vossa Excelência se porta. Vossa Excelência pode proceder à leitura, pode, se é do seu desejo. Vossa Excelência o faça.

O Sr. Márcio Almeida — Justamente, Sr. Deputado.

A leitura para embasar a argumentação que eu tenho no sentido de procurar não só junto à bancada do PDS, mas junto à própria bancada do PMDB pois como o Senhor mesmo deve ter verificado, na cópia do requerimento que nós encaminhamos hoje, em substituição ao anterior, não consta sequer as assinaturas de apoio de companheiros da bancada do PMDB. Em virtude de não haver então um acerto prévio, um conchavo, ou em princípio, uma pressão da minha parte, no sentido de que os companheiros da própria bancada votem contra a sua consciência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permita, eu já devolverei em seguida o aparte a Vossa Excelência. Permita Vossa Excelência que eu diga que Vossa Excelência está faltando com a verdade, porque no seu requerimento original, está devidamente apoiado...

O Sr. Márcio Almeida — Aquele, sim.

está para ser resolvido. Vossa Excelência veja bem, esta emenda que Vossa Excelência está vaticinando, está conversando, que o ilustre Deputado Márcio Almeida fala, é uma emenda esdrúxula.

Nós, do nosso partido, temos em Vossa Excelência homem que fala a verdade. E os homens, com raras exceções, do PMDB, vêm cantar o canto da sereia. Queria parabenizar com Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, para dizer para este povo que cesse tudo, que venha olhar a realidade paranista e brasileira, para que a verdade seja elucidada. Porque podem enganar o povo até quando?

E, depois, até quando esta gente vai nos enganar?

Nós fazíamos talvez na suspeição deles, o negócio em cruzeiro, agora o deles é em dólar, Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e não quero entrar nesse mérito, não sei se a operação foi lícita ou ilícita e a honra de um homem é sagrada, não se pode expô-la publicamente, sem que se tenha documentos comprobatórios da sua culpabilidade ou não, esse é o seu pensamento e sempre foi a minha conduta nesta Casa.

Eu não discuto, não entro no mérito da questão, quando eu vir os documentos e analisar eu virei na tribuna e direi o meu pensamento para toda Casa e para todo Paraná.

Voltando ao assunto, Sr. Presidente, eu votaria contra o requerimento do nobre Deputado Márcio Almeida, por entender que ele fere os sagrados direitos do livre pensamento e o que é pior, ele tenta estabelecer limites da ação parlamentar, ele pretende cercear a atividade do Deputado, com o seu requerimento e não me consta que Sua Excelência seja árbitro do mundo, não me consta que Sua Excelência seja censor, repito, da alma e do pensamento humano.

Por isso eu votaria contra o seu requerimento, porque ele trazia também, Sr. Presidente, em seu bojo uma iniquidade regimental. Jamais a Mesa poderia aceitar o requerimento, primeiro porque fere a honra de Parlamentares e segundo lugar, porque o requerimento não é o caminho legal para proposições desta natureza, quando se concede o título de cidadão honorário do Paraná ou de Cidadão benemérito, qualquer título de honraria nesta Casa só se faz através de lei, quando se quer declarar "personas non gratas" ao povo paranaense, teria que ser também através de projeto de lei ou em última análise através de projeto de resolução.

Mas entendeu bem a Mesa, agiu bem a Mesa democraticamente e aqui quero registrar a minha satisfação o meu agrado, pela maneira como a Mesa encarou a questão, não recusou a receber, mas fez gestões para que o autor do nefando requerimento o retirasse.

Sua Excelência deu uma de João sem Braço. O Sr. Deputado Márcio Almeida deu uma de João sem Braço, retira o seu requerimento e entra com um outro igualmente apócrifo, ele requer um voto de congratulações aos que não traíram e nem se acorvadaram no último dia 25 de abril e nomina os Deputados paranaenses, inclusive os do meu partido que votaram favoravelmente à Emenda Dante de Oliveira.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quem é Vossa

Excelência no recinto deste plenário? Quem é Vossa Excelência para julgar os outros, para chamar de traidor alguém. Quem, quem ...?

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem)

Eu gostaria que Vossa Excelência assegurasse a palavra ao Deputado que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta

Presidência informa que está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Márcio Almeida (Aparte) — O diálogo com

o Deputado Erondy Silvério está sendo, na minha opinião, muito proveitoso, gostaria que continuasse com o seu espírito democrático e tentar argumentar os nossos pontos de vista.

Eu solicito aos demais companheiros podendo, evidentemente, contribuir com o nosso debate.

Então, prosseguindo, nobre Deputado Erondy. Os termos que Vossa Excelência faz referência e faz a restrição, são termos que hoje estão na boca do povo. A própria imprensa nacional tem, a nível de editorial, de imprensa, que como eu não tenho posicionamento ideológico de partido único.

Eu tenho claramente estabelecido os compromissos na minha prática do pluripartidarismo como a via democrática para o Brasil que nós vivemos.

Não vamos, nobre Deputado Erondy, remeter a nossa questão paroquial das diretas, da democracia brasileira para outras plagas que não sejam a nossa realidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Perfeito. Eu peço escusas a Vossa Excelência que se declara homem democrata, pluripartidário, então eu peço escusas a Vossa Excelência.

Eu julguei pela sua atitude, que Vossa Excelência era homem de partido único. Quem não pensasse como Vossa Excelência, era traidor e covarde.

O Sr. Márcio Almeida — Jamais os companheiros da Bancada do PDS, como os companheiros da minha bancada, acho, que têm, no dia a dia do convívio, a convicção de qual o meu comportamento ideológico, definido na prática do dia a dia.

A irresponsabilidade, passando para adiante, como está no texto, com que contribuíram para a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, pode ser constatada pelo impasse hoje vivido em toda a Nação quanto aos rumos da redemocratização do País.

E o impasse para mim é sério, embora na comissão mista recentemente instalada, esteja em discussão, onde a própria oposição e segmentos do PDS vêm apresentando emenda substitutiva à Emenda do Governo Federal, eu acredito que mesmo que há agora, um espaço que já havia, como durante toda a campanha das diretas sempre tramitou junto a pressão popular, que foi uma tática utilizada pelas oposições, e o entendimento e a negociação por alguns setores tão criticados e que nós aqui nesta Casa há mais de 8 meses, tivemos a oportunidade num Grande Expediente, nos posicionar claramente a favor do entendimento e à pressão popular, como formas que qualquer partido democrático utilize na luta pelos seus objetivos.

Então, o primeiro impasse está justificando

ERONDY SILVÉRIO — Agora, este requerimento,

Vossa Excelência fez às pressas, não teve tempo de levar aos seus companheiros. E eu acredito muito nesta aguerrida bancada do PMDB. Ela tem demonstrado nesta Casa, espírito público impar. E eu duvido que Vossa Excelência consiga as 33 assinaturas na sua justificativa; eu duvido.

Duvido porque o partido de Vossa Excelência é constituído de homens de bem, de homens públicos admiráveis, que têm nesta Casa se posicionado até contra o próprio Governo do Partido de Vossa Excelência, quando eles assim entendem que devem agir. E eu duvido.

Duvido que 33 aguerridos homens públicos, espírito patriótico, subscrevam esta justificativa. Se eles subscreverem, então eu não acredito em mais ninguém.

O Sr. Márcio Almeida — O requerimento é de voto de congratulações aos que não traíram e nem se acovardaram no último dia 25 de abril. E nomina todos aqueles que votaram favoráveis à Emenda Dante de Oliveira.

E a justificativa está nos seguintes termos: "Alertado pela Presidência da Mesa Executiva da Assembléia sobre o impedimento constitucional, artigo 156, parágrafo oitavo da Constituição Federal e Regimental, artigo 123 e 128 e respectivos parágrafos, da tramitação do requerimento de títulos de "Persona nun grata" ao Paraná, destinado aos Deputados que, me abstenho de ler os nomes dos que votaram contra, por ter contribuído para a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira no último dia 25, propomos que o Plenário dos Deputados do Paraná, aprove votos de congratulações a todos os Deputados de ambos os partidos que votaram favoravelmente à aprovação da referida Emenda.

Nem por isso, contudo, deixamos de continuar nos envergonhando pelo desrespeito demonstrado por alguns Deputados do Paraná, à vontade do povo em ter de volta o direito a voto secreto e direto a Presidente da República.

Continuamos espantados com o cinismo e a caradurice com que esses Deputados tentam justificar a sua traição e covardia. E essa traição e covardia, nobre Deputado Erondy, não são termos meus, são termos da própria "Folha de Londrina"...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eles foram muito corajosos, porque eles votaram de acordo com a sua consciência; de acordo com a sua postura. Esses homens não são covardes. Esses homens e a emenda alternativa do Governo, também marcam eleições diretas. Vossa Excelência sabe disso. Ai é que está o mal. E Vossa Excelência se arvorar em censor da alma humana? Como é que Vossa Excelência pode chamar de covarde e de traidor um Deputado no legítimo direito de exercitar o seu voto. Como Vossa Excelência pode fazer isso?

O Sr. Márcio Almeida — Não sou eu quem está chamando; é o povo brasileiro que está chamando.

(Orador e aparteante falam ao mesmo tempo, sendo impossível o registro)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte, nobre Deputado Márcio Almeida.

Eu quero me posicionar mais uma vez, nas dezenas e dezenas de vezes, estão aí os Anais da Casa, na fase mais dura da repressão, eu sempre me posicionei a favor da consulta ao povo.

Um Deputado vem para esta Casa com o voto popular, não é justo que um Prefeito, um Governador ou o Presidente da República não o seja da mesma maneira.

Eu quero me posicionar mais uma vez para evitar mal-entendidos incondicionalmente a favor de eleições diretas, se eu fosse Deputado Federal eu votaria favoravelmente à Emenda Dante de Oliveira, embora, repito, não a considere completa, mas é que o povo brasileiro está cansado, a crise econômica financeira que assola todas as camadas da população está levando o brasileiro ao desespero, à fome, à miséria, então não é possível esperar mais.

O povo foi às ruas, o povo engrossou os comícios, porque está sentindo na carne o desgoverno, a opressão, a inércia administrativa, o profundo descaso com que o Presidente da República vem tratando esta Nação, só cria coragem lá fora, no Exterior, é inerte para governar a Pátria, então por isso, Srs. Deputados, eu votaria a favor da Emenda Dante de Oliveira, e garanto que os meus companheiros que o fizeram, lá no Congresso Nacional, pensaram da mesma forma que eu penso.

Agora, isso não me dá o direito, não me daria o direito, Sr. Deputado, de usar expressões descorteses e desumanas aos que não pensaram e não pensavam exatamente como eu e como Vossa Excelência, temos que respeitar a posição do adversário neste embate eleitoral e eletivo; temos que respeitar por que isso é a essência da democracia.

Por isso, nobre Deputado, eu votarei contrário ao seu requerimento, e faço um apelo ao nobre Deputado Márcio Almeida, que expunja de seu requerimento as expressões infelizes que tira a justificativa; o próprio corpo do requerimento já é uma consagração aos Deputados que votaram favoravelmente à Emenda Dante de Oliveira.

Vossa Excelência citou muitas vezes a “Folha de São Paulo”, pois a imprensa nacional já colocou no pelourinho, na berlinda, os Deputados que votaram contrariamente à Emenda Dante de Oliveira. E o povo é o supremo juiz do político; é o supremo juiz.

Veja bem Vossa Excelência, que hoje essas professoras que tanto serviço prestam à infância, à mocidade brasileira, à cultura da Nação, estão nesta Casa fiscalizando a ação dos Srs. Deputados, elas se constituem em juízas do comportamento parlamentar de cada Deputado. Não é necessário que Vossa Excelência agrida como o fez, neste requerimento.

Agradeço à Liderança do meu Partido e a Vossa Excelência, pela tolerância dos dois minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No horário da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Deputado Nelson Buffara, por dez minutos.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A “Folha de Londrina”, edição de hoje, página

quatro, diz e nós nos preocupamos muito com essa matéria. Diz que a Secretaria das Finanças, apura fraude na venda de gado de Jayme Canet.

Permito-me antes de comentar, ler o inteiro teor do artigo.

Se constatada, será aberto inquérito policial contra o sonegador.

A Secretaria das Finanças está procurando esclarecer onde foram parar 180 cabeças de gado vendidas pelo empresário Jayme Canet Júnior, em novembro de 1982, a um frigorífico do Norte do Paraná e que não teriam dado entrada na indústria, configurando uma fraude para evitar o recolhimento do ICM. Ontem, o Delegado Regional da Receita do Estado do Paraná, em Londrina, Mário Grot, estava viajando e não foi encontrado para confirmar ou não a existência da fraude, mas fontes do setor disseram que ele teria em seu poder documentos comprovando a manobra de sonegação, que envolveria, além de Canet, “outras pessoas importantes de Londrina”.

“CANET E GARANHÃO”

A fraude contra o ICM em Londrina estaria por trás da recente denúncia de irregularidades na contratação de empréstimos externos pela Secretaria das Finanças, pois os grupos envolvidos na sonegação estariam insatisfeitos com o Secretário Erasmo Garanhão.

Conforme algumas fontes, Garanhão tem se negado veementemente a atender pedido de políticos e outras pessoas influentes para “esquecer” fraudes daquele tipo e por isto, haveria tentativas de afastá-lo do cargo.

De acordo com as informações, a 8ª Delegacia da Receita Estadual, sediada em Londrina, está fazendo aprofundado levantamento para apurar a “fraude” que, se for constatada, forçará a abertura de inquérito policial contra os sonegadores, entre os quais estaria o ex-Governador.

No caso da venda fictícia ao frigorífico, a vantagem imediata do vendedor é que ele não paga o imposto, que teria que recolher se vendesse a outro comprador. Afirma-se que até agora foi descoberta apenas “uma ponta do iceberg” da sonegação na venda de gado nesta região e que outros produtos também estariam sendo comercializados ilegalmente”.

É o que diz a “Folha de Londrina” no artigo à folha quatro, edição de hoje. Antes de fazer comentários, dou o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Nelson Buffara.

Conhecendo como nós conhecemos o ex-Governador Jayme Canet, como homem íntegro, homem que nem seus vencimentos recebia, homem que está acima dessas críticas, só podemos avaliar que, sorrateiramente, alguém está tentando bombardear, Deputado Nelson Buffara, a integridade de um homem como Jayme Canet Júnior, homem que foi Governador do Estado, o homem que nos orientou, que levou ao Paraná toda essa infra-estrutura que hoje o Paraná todo, digo, o Governador José Richa está aproveitando. É uma anomalia, Deputado Nelson Buffara. Isto é intriga, porque eu ponho a minha mão no fogo por Jayme Canet, porque sei da sua integridade, conheço sobretudo o grande homem público Jayme Canet.

Hoje, ele não pode me proteger, nem eu posso protegê-lo, mas a verdade tem que ser meridiana,

este parágrafo. Até agora parece-me que o parágrafo anterior que puxa algum obstáculo da parte de Vossa Excelência.

Adeptos às candidaturas biônicas do Sr. Salim Malluf e do Sr. Mário Andreazza, não se pejaram em desonrar a política paranaense votando contra de aprovar as "diretas-já".

O desprezo e o repúdio com que vêm sendo distinguidos estes Deputados, "fiapos de homens públicos", como muito bem corretamente tratou o editorial da "Folha de São Paulo", veja bem, eu posso estar sendo acusado de estar acordando com o editorial.

O que eu posso estar pecando aqui por concordata do editorial da "Folha de São Paulo", mas quem chamou de "fiapos de homens públicos" publicamente a nível nacional foi a "Folha".

Só não tem redundado em violência, porque o povo entendeu com clareza que a não aprovação das "diretas-já" carregou junto o Colégio Eleitoral e os Presidenciais, isso todos nós sabemos, tanto é que está em discussão, se porventura não passar a emenda das "diretas-já", no substitutivo, qual é a forma que teremos para a escolha do Presidente que substituirá até a data da eleição direta, já que o Colégio Eleitoral hoje ninguém mais sustenta, talvez pelo Congresso Nacional, uma discussão rica que esta se travando.

Permite, só para terminar?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Como é que não?

O Sr. Márcio Almeida — Estes foram politicamente sepultados, os presidenciais foram sepultados. Mário Andreazza e Salim Malluf, hoje mal é mal têm um espaço na imprensa, jogados na lata de lixo da História, estes sim, Sr. Deputado, o meu requerimento eu acho que antes de jogar na lata do lixo ou ter um outro uso, eu acho que a gente precisa ter aquela discussão que o Sr. me propiciou ao ir à tribuna e era essa a intenção minha na hora da votação.

Mas as campanhas das "diretas" continua; temos a convicção de que pelo seguimento da pressão popular e do entendimento político no Congresso Nacional, resultarão na aprovação das "diretas", ainda para 1984, e queira Deus que com os votos destes Deputados que hoje estão merecendo o repúdio popular, só a retratação pública lhes restituirá a credibilidade popular, se é que dela desfrutaram algum dia, e a oportunidade vem aí com o substitutivo da Emenda Leirão-Figueiredo.

Emendem-se, Srs. Deputados Antônio Ueno, Fabiano Braga, Ítalo Conti, José Martinez, Oscar Alves, Reinhold Stephanes, Renato Johnson e Santos Filho, o povo não esquece.

Sr. Deputado, talvez eu estou preocupado com o tempo do senhor, eu agradeço o aparte.

Vou continuar esta discussão amanhã, porque alguns pontos ricos que o senhor levantou eu gostaria de continuar.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência consulta a Liderança do PDS se cede seu horário para o Deputado Erondy Silvério.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concede dois minutos, a fim de que o Deputado possa concluir o seu pronunciamento, e a seguir, 10 minutos para o Deputado Nelson Buffara.

e isto é intriga dos Garanhões, é intriga dos homens que querem trair, Deputado Nelson Buffara, a um líder que deu eleição ao Sr. José Richa, a um líder que nós ficamos marginalizados por pertencer a um outro partido, mas é um homem íntegro, íntegro Jayme Canet Júnior; e eu ponho o meu mandato em jogo, se isto aqui não for mentira, e não for intriga, dos homens que querem tripudiar.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência um aparte, nobre Deputado?

O Sr. Gabriel Manoel — Eu estou complementando um aparte, Sr. Presidente.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Pensei que Vossa Excelência tinha terminado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência pensou, mas pensando morreu um burro.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência está fazendo comício paralelo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência não tem nada com isto, porque Vossa Excelência não está na tribuna.

Então, é isto que Vossa Excelência vê, Sr. Presidente, são os marginais do PMDB que estão tentando tripudiar o grande Governador Canet, o maior homem público que o Paraná teve.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Nós nos preocupamos, porque a "Folha de Londrina" é um jornal de status, é um jornal de peso, de responsabilidade, é um jornal que tem estrutura, um jornal com envergadura, com larga circulação em todo o Estado do Paraná, notadamente no Norte do Estado.

É lamentável, se bem que ninguém tivesse, nos delegado poderes para defender. Jayme Canet. Jayme Canet não precisa de defensor, o nome dele defende-se por si próprio, o nome dele é uma defesa característica. O nome de Jayme Canet para nós é uma bandeira, é o alicerce da lisura, da honestidade, e do bom senso, do critério, um homem que sempre honrou este Estado, principalmente na posição de Governador. Um homem respeitado nacionalmente.

inclusive lembrado pelos empresários do País para disputar o mais alto cargo da Nação.

Não acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que qualquer ato desabonador que envolvesse o nome de Jayme Canet pudesse comprová-lo. O Paraná inteiro conhece Jayme Canet e desconhece Erasmo Garanhão.

É necessário, é importante que a Secretaria das Finanças comprove tais denúncias, porque, aí sim, viremos aqui para aplaudir o Sr. Secretário das Finanças, e que ele teria, duvido, teria descoberto qualquer fraude que tivesse comprometido um homem honesto como Jayme Canet.

Concedo com prazer, o aparte ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e na oportunidade também, quando tachado de marginal, eu quero cumprimentar o meu colega Deputado Gabriel Manoel.

Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado, que nós tivemos um mandato de vereador no Município de Cianorte, pelo MDB. Na época então era o Governador Jayme Canet Júnior, e nós mesmos, sendo da Oposição, através da tribuna daquela Câmara Municipal, nós sempre defendemos a integridade do Governador Jayme Canet.

E eu não acredito de forma nenhuma de que esta notícia da "Folha de Londrina" tenha veracidade. Tanto é, nobre Deputado, que está aqui em meu poder um documento da Secretaria de Finanças do Estado que se diz o seguinte, e se Vossa Excelência me permite, vou ler a nota: (Lê):

"Nota oficial. Com relação à notícia veiculada na edição de 09 de maio do jornal "Folha de Londrina", a Secretaria das Finanças tem a esclarecer: a matéria jornalística está abordando de forma incorreta um procedimento normal dos serviços de fiscalização do Estado. As absurdas ilações e deduções apresentadas no texto de maneira alguma procedem.

A fiscalização do setor de frigoríficos e da pecuária está inserida numa programação de rotina da SEFI, que também envolve outros segmentos econômicos do Estado. Dentro desta rotina, que é permanente, são examinados sistematicamente todos os documentos que acompanham as mercadorias em trânsito dentro do Estado e, principalmente, as que se destinam para fora do Paraná.

Nestes exames, todos os veículos de transporte são verificados e, quando necessário, a documentação apresentada é submetida a aferições complementares.

Nenhum fato significativo que possa ter chamado a atenção da Secretaria das Finanças foi encontrado, que possa fundamentar as notícias publicadas. Todas as situações passíveis de ação fiscal identificadas, estão dentro do que se pode denominar de rotina fiscal. Nada há de específico e, portanto, de maior ou menor gravidade, envolvendo transações das quais faça parte o Sr. Jayme Canet Júnior.

Registre-se, aliás, que o Sr. Jayme Canet Júnior, em nenhum momento manifestou a esta Secretaria e ao trabalho por ela desenvolvido, qualquer tipo de restrição, além do que nada existe configurando atividades irregulares com relação ao Sr. Jayme Canet Júnior, nos trabalhos desenvolvidos pela SEFI, até esta data".

Aqui está, Deputado, um documento da Secretaria das Finanças. Só para concluir, reafirmo, que desde os princípios passados, quando opositor do ex-Governador, e que hoje me sinto feliz de pertencer às mesmas fileiras do PMDB, quero dizer que nada é verdade, porque conhecemos a integridade do ex-Governador Jayme Canet Júnior.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Dirceu

Manfrinato, Vossa Excelência leu uma nota, que parece oficial. Quem assina, quem é o responsável pelo teor dessa nota que Vossa Excelência acaba de ler?

O Sr. Dirceu Manfrinato — A Secretaria das Finanças.

O SR. NELSON BUFFARA — É ela quem redigiu e se responsabiliza pelo teor que Vossa Excelência comunicou ao Plenário?

O Sr. Dirceu Manfrinato — Pelo menos está em meu poder, nobre Deputado.

Solicito a Vossa Excelência, quanto à dúvida da leitura dessa nota oficial, que Vossa Excelência oficializasse, através da Assembléia Legislativa do Estado, através do requerimento do nobre Deputado, endereçado à Secretaria, pedindo melhores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — O que é lamentável, Sr. Presidente, é que uma nota me parece graciosa,

inverídica, segundo diz o nobre Deputado, ou, então, distorcida, fatos distorcidos, se tivesse posto em jogo a integridade, a honorabilidade de um homem que eu conheço, e que mesmo sendo de um partido adverso, do de Jayme Canet Jr., posso dizer textualmente, que é um homem incorruptível, inatacável, portanto, lamento profundamente que tenha sido gerada esta polêmica tão desagradável para mim e para Vossa Excelência que lê uma nota emitida pela Secretaria das Finanças, penitenciando-se de que o teor dessa nota é inverídico ou as notícias foram distorcidas.

Quero apenas, terminando o meu pronunciamento, dizer que esses fatos só servem para desagregar, desunir. Se existem várias lideranças no seu partido e no meu, é preciso que as lideranças se respeitem; é preciso que cada um respeite o seu semelhante. Como disse bem o nobre Deputado Erondy Silvério aqui desta tribuna, há poucos instantes - e eu lamento que o Deputado Márcio Almeida tivesse, dolosamente, intencionalmente, na sua justificativa, quando referiu-se a Paulo Salim Malluf, referiu-se apenas a Salim Malluf, como se fosse uma desonra ser descendente de árabe. Se é desonra ser descendente de árabe, também é desonra para o Senhor José Richa. (Tumulto).

Essas insinuações malévolas têm que ser acabadas por essa Casa. Tem que haver respeito sobretudo à pessoa humana. Estamos nos desrespeitando um contra o outro e não chegando a um consenso, nobre Deputado.

Eu lamento profundamente.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Não acredito que seja desonra alguma a essa nobre descendência árabe que tanto tem ajudado a Nação.

O SR. NELSON BUFFARA - Apenas, Deputado Caíto, na justificativa, ele intencionalmente falou Salim Malluf. Porque não fala o nome completo do Deputado? Eu acho que isso tem que ser respeitado. Essas molecagens eu não admito contra ninguém do meu partido e nem do seu partido. Defendo os meus como defendo os seus, Deputado.

O Sr. Caíto Quintana - Talvez seja, nobre Deputado, pelas constantes vezes em que o Líder do PDS refere-se a Calil Richa, omitindo o nome José nas suas colocações nesse Plenário.

O SR. NELSON BUFFARA - O Líder do meu Partido sempre disse José Calil Richa. Ele pode ser Paulo, José, nunca Salim Malluf. Nunca meu líder disse isso. Não me recordo disso.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)

(Faz soar os tímpanos).

(Tumulto no Plenário).

(Vozes superpostas).

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela ordem) - Um erro não justifica outro. Se o Deputado Luiz Alberto chama de José Calil Richa, ao ilustre Governador do Estado, porque há a honra de ter este nome e nós também temos a honra de ter o nome do futuro Presidente da República: Paulo Salim Malluf.

Agora, os vermelhinhos, Senhor Presidente, que se contenham, porque lá eles não tem "diretas". Lá eles não tem "diretas". Senhor Presidente. Lá o comunismo manda.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)

(Faz soar os tímpanos).

A Presidência comunica que está encerrado o horário

do Deputado que se encontra na tribuna e consulta a liderança do seu partido, se concede mais tempo para que continue a fazer uso da tribuna.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, para que o Deputado conclua o seu pronunciamento, dada a interrupção da questão de ordem, mais um minuto para que ele conclua.

O Sr. Erondy Silvério - Esse minuto Vossa Excelência poderia me conceder, nobre Deputado? (Assentimento).

Obrigado a Vossa Excelência e eu serei breve.

Mais uma vez, nobre Deputado Nelson Buffara, fica registrado nos Anais da Casa, a grandeza de caráter de Vossa Excelência.

Vossa Excelência quando se trata de defender as pessoas de bem, Vossa Excelência não olha o Partido. Hoje o ex-Governador Jayme Canet Júnior não mais pertence ao nosso partido e graças ao seu trabalho é que nós estamos amargando com uma derrota eleitoral, porque foi ele, efetivamente, quem definiu a eleição de 1982.

Mas Vossa Excelência vem à tribuna defender um homem que não precisa de defesa, um homem que nós todos e o Paraná todo o Brasil todo, conhece como homem de bem. Nós que fomos Deputados durante a sua gestão como Governador, pudemos avaliar a grandeza da sua Administração, o caráter honesto de suas deliberações. Nenhum escândalo nos seus quatro anos de Governo, a opinião pública teve conhecimento.

Não havia corrupção, havia trabalho, havia um plano administrativo dos melhores que este Estado conheceu a ser cumprido e o foi integralmente.

Tanto que ele foi escolhido como o melhor Governador de todos os Governadores do Brasil e hoje, um homem que é mais rico do que o próprio Estado do Paraná, ser acusado de desviar uma importância ínfima do imposto de circulação de mercadorias, quer dizer, tem dedo político na acusação.

Parabenizo com Vossa Excelência e agradeço a atenção que Vossa Excelência teve comigo em me conceder o seu minuto final para o aparte.

O SR. NELSON BUFFARA - Encerrando: nada mais do que a ganância desenfreada de homens que querem adquirir notoriedade e que nada fizeram nesse Estado.

É isso o que está comprovado pela matéria que acabei de ler, de autoria da "Folha de Londrina".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, no restante do horário, falará o Deputado Basílio Zanusso por cinco minutos, e os restantes minutos serão usados pelo Deputado Ivan Gubert.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Por cinco minutos, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de proferir a leitura do discurso que pretendo pronunciar e que me traz a esta tribuna, quero manifestar o meu apoio antecipado ao ilustre Deputado Tadeu França, pelo seu projeto que tramita nesta Casa e que será discutido hoje, em primeira sessão, quando pretende o Deputado regularizar a situação de milhares de professores que, já ao longo dos anos, muitos deles, quase a sua totalidade, vindo, em virtude de um dispositivo legal que deve ser banido, submeter-se a estágio probatório de dois anos. Muito embora, seja dispositivo do Estatuto do Magistério, do Estatuto dos

Funcionários Públicos e, mais que isto, da própria Constituição do Estado, eu entendo, particularmente, e espero que seja de entendimento por todos os Deputados desta Casa, que aquele professor que já vem lecionando, que vem ministrando aulas, vem trabalhando há mais de dois anos conforme o seu projeto, este, por que ser submetido novamente a estágio probatório? Pois ele não é um iniciante e até examinando há pouco com a Mesa Executiva, a própria Constituição do Estado em seu artigo 76, dá amparo à propositura do Deputado e o cumprimento, e que repito, servirá para regularizar a situação de milhares de professores.

Como ficam os professores que sendo portadores de um padrão e sendo nomeados para o segundo, convocados para assumir o segundo padrão, abre a perspectiva da remuneração de outra condição de vida, de uma esperança que vinham mantendo há tanto e agora ver cair por terra, por uma solução que a Secretaria e o próprio Estado não lhe permitirá até então.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê)

A política sempre ignora os seus mais formidáveis interesses. Isso é o que dizia o velho Ruy. E essa lição continua mais atual do que nunca.

Toda a série de preocupações foi levantada em relação ao que se convencionou chamar de "o dia seguinte", aludindo-se ao dia posterior ao da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Mas tudo indica que a preocupação do Governador José Richa não era a mesma da grande maioria dos políticos, nem mesmo da massa da população brasileira.

Preocupava-se sim o Senhor José Calil Richa, mas não quanto à evolução dos acontecimentos posteriores ao resultado daquela votação. O que preocupava o governador, e isto agora transparece claro, era o retrair do debate público, do clamor popular, cessando a atordoada que se fazia para criar um silêncio nada desejável para quem governa nosso Estado.

Silenciada a Nação, o murmúrio até então abafado, fatalmente iria se transformar num ribombar e é isso que o Senhor José Richa não queria.

Silenciada a Nação, repito, o murmúrio passou a soar mais alto, pondo à mostra o mar de lama que se vai formando nos subterrâneos desse governo que diminuiu nosso Estado, que sacrifica e envergonha nosso povo.

Está aí, solto aos quatro cantos do País o escândalo que mina esta Administração. O escândalo das comissões ilegais e imorais que o apetite voraz dos que implantaram a voracidade fiscal neste Estado, não viu limites nem o menor sintoma de pejo.

Sim, tinham todos os motivos esses que instalaram no Poder de manter o clamor popular capaz de abafar o murmúrio que estava prestes a se transformar em explosão, como de fato aconteceu. Implode esse Governo; cai a máscara; que se sustinha por sutis teias de engodo, de mistificação, o lobo travestido de cordeiro.

Por isso, não interessava a esse governo que cessasse o alarido, que continuasse o povo nas praças públicas a bradar por eleições diretas, no legítimo exercício de seus direitos, mas cujo exercício foi utilizado em nosso Estado para encobrir o choque inevitável de duas correntes que marcham céleres num curso de colisão.

O Paraná se vê submetido a esse vexame nacional e não queiram justificar tal descalabro, pois as ignomínias que desabam sobre este País, por atos infames praticados por quem não tem nenhum senso de responsabilidade e de respeito para com a coisa pública.

Não, um erro não justifica o outro. O Paraná todo exige que tais fatos sejam inteira e totalmente esclarecidos. A denúncia do Secretário do Planejamento, de que houve irregularidades na contratação de empréstimos, ou pagamento de comissão acima do normal, para tais tipos de operação, não

pode se esvaír no acomodamento político deste Governo que aí está.

Houve a denúncia. Os fatos devem ser apurados e a punição cabível aplicada no caso de sua comprovação, não a simples exoneração, ou afastamento espontâneo de quem as tenha praticado. Agora, silencioso, o povo espera o veredito. Silencioso e atônito diante de fatos tão escabrosos.

Está certo o Secretário de Planejamento? Se não está, como ficarão as coisas no seio deste Governo para a grave crise?

É isso o que o povo quer saber. Soou a hora da verdade, é imperativo a esta Assembléia Legislativa restaurar o sentido da dignidade da função pública, doa a quem doer.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento do orador). - eu só queria colocar nobre Deputado, embora o seu tempo já esteja estourado há diversos minutos, que Vossa Excelência está fazendo um prejulgamento da tribuna, em razão de que existe uma comissão analisando os fatos, eles não foram apurados, não foram constatados, e eu acho que seria uma indignidade de qualquer um de nós Parlamentares, nós acusarmos levemente a pessoa.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)

A Presidência informa, Deputado Caíto Quintana que está encerrado o horário do Deputado que ocupa a tribuna. Registra a presença do Prefeito de São Tomé, Senhor Antônio Cabreira de Sá, e também do Senhor Prefeito Nelson Fenker, do Município de Imbituva.

Aguardando o encerramento da entrevista de plenário, aguarda para convocar a liderança do PMDB, para fazer uso do seu horário.

Terminada a entrevista, solicito à liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

O Sr. Caíto Quintana - Usará o Líder do Partido, Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, eu quero fazer um protesto do fato que ocorreu agora, Senhor Presidente. A Imprensa tem ampla liberdade nesta Casa, tanto que lhe é assegurado lugar. Mas, Senhor Presidente, eu não concordo que uma sessão da Assembléia seja interrompida, e eu estarei lutando pelo amplo e pela máxima liberdade de imprensa, mas não concordo, Senhor Presidente que tenhamos que interromper uma sessão legislativa para um Senhor Deputado dar entrevista. Quero, Senhor Presidente, que a Mesa registre este fato e que a Mesa passe a exigir o cumprimento do Regimento Interno, porque isto é uma questão de disciplina e uma questão, Senhor Presidente, quer me parecer, de respeito ao Senhor Deputado.

O SR. NELSON BUFFARA - (Pela ordem) Senhor Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI - Reconheço todo o direito que Vossa Excelência tem de dar entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Quero comunicar a Vossa Excelência que não haveria necessidade de interromper esta sessão, interromperam porque quiseram. A entrevista, agora, os Deputados dão enquanto se prossegue a sessão. Vossa Excelência reclama futilmente

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) - Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Há que se deixar claro, Senhores Deputados, a postura digna e democrática do Senhor Governador José Richa quando determinou por decreto a criação de uma comissão de alto nível para apurar possíveis irregularidades em operações de crédito financeiro.

Acreditamos que as investigações, que já estão sendo desenvolvidas por esta comissão de alto nível, irão, por certo, promover no menor tempo possível a elucidação desta questão. Entretanto, nós, da bancada do PMDB no Estado do Paraná, não podemos olvidar o clamor público que está por reclamar um depoimento pessoal e público das partes envolvidas sem que isto signifique usurpar a competência da comissão de alto nível, o levantamento de dúvidas quanto à sua idoneidade. Acrescente-se ao fato do reclamo popular o fato das prerrogativas do Poder Legislativo que são intocáveis e a ninguém é dado o direito de renunciá-las.

Se ora propomos a convocação dos Senhores Secretários Belmiro Valverde Jobim e Erasmo Garanhão, não é por imposição da bancada da minoria nesta Assembléia Legislativa, agora travestidos de vestais da moralidade pública e sim em prol da preservação da moral de todos os paranaenses perante este nebuloso caso.

Se assim não fosse, estaríamos recuando da verdade, assim como a bancada da minoria o fez quando se retirou da CPI das irregularidades administrativas. O Executivo paranaense tomou a iniciativa da investigação da forma que lhe pareceu mais apropriada e com a participação de segmentos representativos da sociedade, compostos por homens que, no passado, já foram tão elogiados e decantados por vários Deputados do Partido Democrático Social.

Entretanto, o Poder Legislativo não poderia deixar de tomar os seus posicionamentos que, além de morais, o são também constitucionais. Através da convocação dos Senhores Deputados envolvidos na questão, toda sociedade tomará conhecimento de seus depoimentos de público para que, no futuro, possam avaliar que a Bancada do PMDB no Estado do Paraná se posicionou na lisura e na transparência dos mandatos que lhe foram outorgados com legitimidade pelo povo paranaense.

Por isso, Senhor Presidente, estamos encaminhando à Mesa um Requerimento em que propomos ao Plenário da Assembléia Legislativa e pedimos o voto de apoio de todos os Senhores Parlamentares, o Requerimento subscrito por todos os componentes da nossa bancada para que sejam convocados no próximo dia 15, na próxima terça-feira, no período da tarde, os dois Secretários de Estado. Não vamos efetivamente votar o Requerimento do PDS que quer a convocação de apenas um Secretário de Estado. Por que Senhores Deputados? Um Secretário de Estado é a história pela metade. O povo do Paraná quer a verdade, o povo do Paraná quer a justiça, justiça ouvindo, ouvindo um lado não se faz. Justiça faz-se ouvindo os dois lados, para se ter a verdade por inteiro, cristalina, aberta, com o povo nas galerias, para que, na verdade se caracterize mais uma vez, no âmbito deste Poder, que aos Deputados do PMDB não assusta a verdade. Pelo contrário, aqui estamos para brigar, aqui estamos para defender a verdade. Doa a quem doer, ela será apurada. Ouvir o âmbito restrito de uma comissão, um Sr. Deputado, é cercar inclusive Srs. Deputados, para que participem. E cercar mais, a opinião pública para que na amplidão deste plenário, na majestuosidade deste Poder, o povo, este tão decantado povo, possa saber das coisas que acontecem neste Governo.

Oxalá este exemplo fosse imitado por este Brasil afora! E teríamos a imprensa comentando atitudes coerentes, como esta do PMDB. Atitudes que não são de imprensa comprada, como o "Correio Brasiliense" quando, no último dia 5 de maio,

este artigo vale a pena ser transcrito, porque enche de orgulho. É alguém que busca e que luta pela verdade. É alguém que tem a consciência e se sente gratificado por lutar por um Governo honesto e austero. Alguém que tem o peito aberto e o ufanismo de proclamar o título deste artigo. Richa dá a lição.

Diz o "Correio Brasiliense" Sr. Presidente, Srs. Deputados: "O Governador do Paraná, José Richa, mandou abrir sindicância contra um amigo íntimo, seu Secretário de Estado, alvo de suspeitas de um colega. Tudo porque acha que homem público deve ser como a mulher de César. Não inspirar nem suspeitas. Não deixar sequer dúvidas sobre sua correção.

Como o inquérito não é para inglês ver, e sim coisa séria, para valer, não nomeou, para presidí-lo nenhum subordinado seu. Recorreu ao Presidente da Ordem dos Advogados.

Isso é bonito, num País onde a impunidade garante a fortuna tranqüila e o sorriso desafiante de ladrões públicos.

Tal coisa ocorre no Paraná, não apenas porque seu Governador é homem pobre e pobre, muito cioso da aplicação dos dinheiros do contribuinte. Porque ele foi eleito pelo povo e não ganhou o cargo nas camarinhas ou graças aos salamaleques ante o Presidente. Como foi fuscá-la no alto dos palanques e no fundo da urna, deve satisfações à sociedade de que é mero procurador, para gerir seus interesses por tempo determinado. Fosse mero delegado do poder central, interventor homologado pela Assembléia Legislativa (e não fosse Richa, evidentemente) e começaria a Administração, achando empreiteiro de obras públicas em um milhão de dólares, com a certeza de que não seria alcançado pelo Código Penal, como ocorreu nos tempos de Médici.

A propósito, a Bancada estadual do PMDB de São Paulo deu exemplo do mesmo zelo por seu conceito, ao votar a expulsão de um dos seus integrantes, acusado de tentar extorquir dinheiro de proprietários de empresas de transportes coletivos de sua cidade.

Tais exemplos são tanto mais pedagógicos quanto contrastantes com a incrível tolerância de Brasília quanto a figurões, acusados de infração de padrões éticos, na condução dos negócios do Estado. Aliás, é uma tradição dos últimos vinte anos. Não há notícia de que algum guabiru importante haja caído na ratoeira do Código Penal e da Justiça.

Temos exemplo recente e estarrecedor: Ex-Ministro de Estado deixou, recentemente, o posto, pesado das homenagens e do apreço palaciano enquanto, em todas as páginas de jornais e no vídeo das nossas televisões, pipocavam acusações contra eles, familiares e auxiliares de autoria ou conivência em trambiques que deram prejuízos de centenas de milhões de dólares ao BNCC.

Alguns de vocês leitores têm esperança de que algum bacana pague por tais falcaturas ou pelo menos seja obrigado a devolver o que roubou, é isso aí, a oposição hoje no poder não pode imitar tal conduta sob pena de desfazer a confiança do povo em seu desempenho e no voto popular, cadeia é para ladrão, também para ladrão rico, é o que existe nas democracias".

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nos admira aqui no Paraná é quando homens

públicos se aproveitam deste episódio para como verdadeiras vestais, colocarem o manto branco da inocência e se considerarem paladinos da moral pública e agora exigirem, como disse ontem o eminente líder da oposição, que iria constituir uma CPI para apurar irregularidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. CPI das irregularidades funciona uma na Casa, com a ausência lamentável do PDS, que procurou se retirar e não ter a coragem de investigar o passado recente, mas Sr. Presidente, não trago apenas o que disse a grande imprensa, quero registrar o que disse a imprensa do Paraná e que faço a questão de que seja inserido para a história a fim de que realmente este período governamental seja julgado com justiça.

"Os estranhos no ninho" é o título do editorial do dia 8 de maio do nosso jornal "Indústria e Comércio" e diz o editorialista: "Os que perderam a noção do sentimento de honra, pelo exercício sistemático da subserviência, como cultores do chefe ainda que tratados como semoventes não têm direito, exatamente pela perda de substância humana, da agressão.

É o que cabe dizer sobre a sórdida comparação dos atabalhoados Parlamentares do PDS entre o Governo Richa e o de Leon Peres, aliás figura originária dos quadros de sua organização política e que nem o exercício da solidão como exilados de si mesmo, reciclou para democracia.

É simplesmente repugnante assistir ao desfile ao desfile arautos da servidão dos tempos do neysmo e da oligarquia em estado de necrose, posando de defensores da moral pública, jamais esses filibusteiros bufões - personagens adequados a um filme de Cantinflas ou dos três patetas - tiveram aquele mínimo de hombridade quando na situação de admitirem o livre fluxo dos pedidos de informação e simples solicitação de convocação de Secretários e auxiliares do governo. E quando por uma remora perda desse sentimento de vigilância exercido com a proficiência das máfias, admitiam uma Comissão Parlamentar de Inquérito não a deixavam funcionar como se deu com a do Trânsito estuário das patifarias das Ciretrans o cartorialismo a serviço da permanência no poder do mesmo e pouco imaginoso banco.

Ainda agora, tentando adaptar-se ao que não sabem fazer, que é o exercício da oposição, usaram o terrorismo da fuga para esvaziar a CPI da Corrupção sob alegação de que aquele instrumento se transformava numa inquisição, na CPI só admitem casos ocorridos no governo atual, pois desejam uma esponja abrangente sobre a pouca vergonha do passado e que o povo julgou nas urnas de forma clara e inapelável, devolvendo as múmias aos sarcófagos. Richa peca exatamente por ser sereno, e tranqüilo, como os embotados e irrecuperáveis; se agisse com maior dureza contra os vilões de ontem, ao menos deteria essa impulsividade e sórdido cinismo dos que fizeram a criminosa analogia com Leon Peres. Os que por ação ou omissão, cobriram o arbítrio e a corrupção, lembra um tartufo na hora das denúncias. São estranhos no ninho, como a oposição e divorciados da sociedade. Por isso, Sr. Presidente, me sinto constrangido de registrar palavras tão graves, palavras tão pesadas, como se sentiu na obrigação a imprensa no Paraná, de registrar este episódio em que um Sr. Parlamentar do PDS não se pejou de querer registrar e comparar a atual fase de Governo, com a fase mais sórdida e negra do Paraná, de Haroldo Leon Peres.

Aí está, Srs. Parlamentares do PDS um Governador que tomou iniciativa de "per si", de investigar; que não convocou nenhum de seu subordinado para que se sentisse inteiramente livre, de concluir pela verdade e opinar para que a verdade fosse cumprida. Este é o homem que os Srs. Deputados do PDS não poderiam criticar, mas sim, se fossem coerentes, e quisessem a verdade, lhe deveriam prestar um culto e uma homenagem, como lhe prestou um órgão da imprensa nacional. Este é o homem do P Paraná que pode ter defeitos como qualquer humano, mas está imbuído das melhores intenções para fazer deste Paraná um Estado em que realmente o povo saiba das coisas que acontecem no seu Governo.

Por isso, nós, da Bancada do PMDB, estamos inteiramente solidários com o Governador do Estado. Na próxima terça-feira quando aqui comparecerem os dois Secretários de Estado, Srs. Deputados do PMDB e do PDS, nós, neste Poder, estaremos com certeza, inaugurando uma nova etapa da história política deste Estado. Nós do PMDB com tranquilidade e com coerência, não admitimos em hipótese alguma, porque desafiamos, os integrantes da oposição, nos apontarem depois de novembro de 1982, quando assumirmos a direção desta Casa, que tenhamos sonogado qualquer iniciativa parlamentar aqui feita e realizada pelos Deputados da oposição, em busca da verdade. Apontem-me, Srs. Deputados, qual o requerimento de informação que nós negamos tramitação nesta Casa. Apontem-me, Srs. Deputados, qual a convocação de Secretário que nós negamos!

Mas Senhores, eu quero recordar alguns episódios, quando nós éramos minoria. Não era o mesmo procedimento. A oposição era obstaculista; a oposição era impedida de chegar aos escaninhos dos palácios governamentais. E a oposição lutava então com maior empecilho que era a informação. Informação hoje, Srs. Deputados, que pela transparência deste Governo, os Srs. Deputados do PDS conseguem farta documentação. Subsídios os maiores possíveis, para virem aqui alicerçar e justificar os seus pontos de vista.

Estão aí as denúncias dos Deputados do PDS, abastecidas com documentos deste Governo. Têm em mãos os Deputados do PDS todas as cópias de todos os contratos de financiamentos feitos pelo Governo do Estado do Paraná, porque nós aprovamos um requerimento de autoria do eminente Deputado, do combativo Deputado Erondy Silvério. Tem o PDS em mãos todos esses elementos, quando nós, se fôssemos proceder como Vossas Excelências, poderíamos ter negado este direito. Mas nós queremos que os Senhores tenham a mais ampla liberdade de atuação, porque desta liberdade de atuação, pela competência que os Srs. têm, estão prestando um serviço ao povo do Paraná. E é o apelo que eu faço a Vossas Excelências para que na próxima terça-feira, compareçam com o brilhantismo, com a garra, com tenacidade de Vossas Excelências, venham perquerir os Secretários de Estado. Cumpram realmente e efetivamente o papel que o povo do Paraná lhes delegou, para fiscalizar, intensamente, exaustivamente, completamente, democraticamente este Governo que está aí aurido pela legitimidade do voto popular.

Cumpram os Senhores Deputados do PDS na inteireza, na legitimidade dos seus mandatos, isto que hoje nós aqui na tribuna dizemos e que reconhecemos

que o Poder Legislativo e suas prerrogativas são intangíveis e para isso tem o eminente Líder do PDS, quando na última semana subimos nesta tribuna para defender a intangibilidade do mandato popular, não consentindo que tenha prosseguimento o processo contra a sua pessoa, contra o seu mandato.

Por isso Senhores Deputados do PDS e Deputados do PMDB, ao conferir o aparte ao Deputado Gabriel Manoel, eu quero dizer que a Bancada do PMDB comparecerá na próxima terça-feira de cabeça erguida, porque sabe que está cumprindo, acima de tudo, o seu verdadeiro papel de dar sustentação a um governo honesto, mas que quer e busca a verdade. O Sr. Gabriel Manoel — (Aparte) — Agradeço o aparte e só queria que Vossa Excelência, na sua euforia ao nos atacar, dissesse quem está mentindo se é o Secretário Belmiro ou se é o Secretário Garanhão.

Isto que nós vamos ver na terça-feira. A Bancada do PDS, embora eu não tenha autorização para falar em nome dela, digo a Vossa Excelência, que nós somos subservientes aos homens do Paraná.

E nós tivemos tantos e tantos homens ilustres, Governadores de Estado, o ilustre Governador Jayme Canet e queria perguntar a Vossa Excelência, porque nós estamos sofismando o Deputado Líder da gloriosa bancada do PMDB. Quem mente, é Garanhão ou é Belmiro?

O SR. NILSO SGUAREZI — É uma regra primordial do processo penal e civil brasileiro de que todos são inocentes até prova em contrário.

Nós teremos os Secretários neste plenário para que a oposição consiga a prova da culpabilidade de um ou de outro.

O Governo instituiu a comissão de alto nível para tentar se convencer de que existe dolo.

Nós não sonegamos a possibilidade e queremos que o PMDB participe desta investigação. Está aberto o processo.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradecendo o aparte e em parte Vossa Excelência já respondeu o que eu queria dizer. Porque, nós podemos ser adivinhões do que será concluída por esta comissão de alto nível.

Mas, nós gostaríamos de retribuir a pergunta ao Deputado do PDS, solicitando deles a resposta, por que mentiram tanto tempo e acobertaram e continuam acobertando, hoje a nível nacional, todas as falcaturas perpetradas contra a Nação brasileira.

Afinal de contas, um mentiroso existe e tanto eles mentiram, que hoje tem o repúdio da população brasileira como um todo. Tanto eles mentiram, que hoje eles se sentem tão desesperados que não sabem mais argumentar, apenas gritar.

Eles mentiram tanto que, a Nação hoje já não os aceita e eles buscam desesperadamente uma praia onde possam aportar porque o PDS já está desmoralizado perante a opinião pública por todas as mentiras que perpetraram para com a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e ele bem disse que na realidade a Nação de hoje estarrecida assiste.

Por falar em mentira nobre Deputado, lembremos a maior de todas, aquela que foi sonogada às vésperas

das eleições 1982, quando se mentiu descaradamente ao povo brasileiro de que a dívida externa do Brasil estava sob controle, e cinco dias após a eleição, nobre Deputado, a população brasileira e o povo brasileiro sentiu que haviam sido enganados pelo seu Governo, porque lá no Exterior o Banco do Brasil estava com cheque sem fundo! Tinha ido como se diz nos ditos populares, "para as cucuias".

E de lá para cá, com todas esta parafernália da renegociação da dívida externa, a matriz maior de todos os males do Brasil e o episódio gerado no Paraná não é outro senão em função desta dívida, cujo Governo Federal, se tivesse um mínimo de hombridade e de decência, poderia corrigir e não deixar os Governos estaduais nas mãos dos Bancos particulares, como verdadeiras aves de rapina da economia brasileira, sugando o nosso dinheiro, porque tudo isso foi gerado em função da condução desmoralizante da dívida externa...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Se submetendo à agiotagem dos intermediários.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo o aparte ao Sr. Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Eu agradeço o aparte do nobre Líder que parabenizo neste instante pelo brilhante pronunciamento.

Nós entendemos, nobre líder, que o PDS continua na tradição de resolver os seus problemas através de Gabinetes.

Isto em razão do Requerimento do nobre Líder do PDS nesta Casa que queria a presença de um Secretário, somente na Comissão de Constituição e Justiça, esquecendo que hoje no Paraná, e que me orgulho nesse instante de ser um Deputado representando este Estado e estar também ao lado do grande Governador José Richa, um homem honesto e justo e que já deu o exemplo neste Estado. Esqueceu o PDS que o Governo José Richa é na verdade um Governo participativo, que quer a participação maciça do povo do Paraná que lhe acompanhe na administração do Estado.

É por isso que esta Bancada do PMDB, junto com Sua Excelência o Governador do Estado, nós queremos a presença dos dois Secretários, neste plenário aberto, com todos os Deputados do PMDB e do PDS e o povo do Paraná, para que tenham ciência da verdade. Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, para que se cumpra a disposição regimental eu quero que considere por lido o nosso requerimento que é subscrito por todos os Srs. Deputados, com base no artigo 92, do Regimento Interno e que prevê a convocação para a próxima terça-feira, às 14h30, do Secretário do Planejamento e do Secretário das Finanças.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno e posteriormente ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Rubens Bueno — Rapidamente vou só apartear Vossa Excelência, parabenizar pela atitude

tomada e temos certeza absoluta que no plenário dessa Casa serão clareados todos os problemas levantados pelo Partido do PDS, para afirmar esta ou aquela acusação, porque na semana passada ainda o BNH desvendou mais um escândalo financeiro, que é exatamente o da ECONOMISA, cujo rombo, só em relação ao BNH, dá mais de 345 bilhões de

cruzeiros, e por coincidência, o dono da ECONOMISA é o Deputado Federal do PDS, Milton Veloso.

Muito Obrigado.

O Sr. Mário Pereira — Deputado Nilso Sguarezi,

eu quero dizer também que a operação que está levantando a suposição de que tem havido irregularidades é de mais ou menos 9 milhões e 800 mil dólares que dá mais ou menos 13 bilhões de cruzeiros e só para reforçar o que o Deputado Rubens Bueno falou, por causa de 13 bilhões de cruzeiros foram convocados os dois Secretários e virá aqui uma Comissão de Alto Nível, por causa desta irregularidade de diferença de 1% da taxa, daria aproximadamente pouco mais de 100 milhões de cruzeiros. O rombo da COROA-BRASTEL, que somado com a da ECONOMISA, é mais do que o Orçamento do Estado do Paraná. A COROA-BRASTEL passa de 480 bilhões de cruzeiros. Não há nenhuma comissão de alto nível, não há ninguém preso e não está Ministro nenhum sendo chamado pelo PDS, como o PMDB está chamando para prestar declarações na Câmara Federal, dando exemplo, agora sim, o PMDB do Paraná e o Governador José Richa, à Nação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 21/82, (Mensagem nº 32/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quedas do Iguaçu, área de terras que especifica. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei nº 21/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, uma área de terras de 19.555,30 m2, situada no referido Município, havida pelo Estado conforme matrícula nº 8.339, as fls. 75, do livro nº 2-1-AH, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º. A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior somente poderá ser utilizada pela donatária na edificação do Centro Esportivo da Cidade de Quedas do Iguaçu, que deverá ocorrer no prazo de 3 (três) anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3º. O Imóvel objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.
(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente;
HOMERO OGUIDO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 215/83, que denomina "ESCOLA ESTADUAL EURIDES CAVALCANTI TENORIO" - Ensino de 1º grau da cidade de Cruzeiro do Sul. -Aprovado. (Publicado no D.A. 22/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 218/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REVERENDO DARCY MIRANDA GONÇALVES - AMAS", com sede e foro na cidade de Toledo. Aprovado. (Publicado no D.A. 22/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 220/83, que declara de utilidade pública o GRÊMIO DOS MORADORES DO PARQUE RESIDENCIAL FAZENDINHA, com sede e foro em Curitiba. Aprovado. (Publicado no D.A. 22/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 240/83, que dispõe sobre a criação do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná. -Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei nº 240/83
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no Município de Ribeirão Claro, o Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:
"- Partindo da foz do Ribeirão dos Valim, na Represa Xavantes, divisa interestadual com o Estado de São Paulo, (incluindo as ilhas do Espírito Santo, Bela Vista e do Cruzeiro); por esta divisa até a foz do Ribeirão Jaboticabal; por esta acima até o Ribeirão Novo, e por esta acima até a Água da Barra, e por esta acima até sua cabeceira, e daí pelo espigão divisor Itararé-Jacarezinho em direção Sul, até a cabeceira da Água do Lau; por esta baixo até o Ribeirão do Meio; por este abaixo até o espigão divisor das Águas do Ribeirão Três Passagens e Ribeirão Paraguai; por este divisor de águas até a altura da nascente do Ribeirão Taguaraçu, linha seca até a referida nascente, descendo pelo Ribeirão Taguaraçu até cruzar a estrada para Joaquim Távora-LZ 301; por esta estrada contornando o Patrimônio de São Sebastião (incluindo o referido patrimônio) até a estrada da Cachoeira; por esta estrada até o cruzamento com o Ribeirão dos Valim, e deste Ribeirão do Valim até sua Foz na Represa Xavantes, ponto inicial."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 03 de maio de 1984.
(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 101/83, (Mensagem nº 113/83 - ex-Proposição nº 108/83), que aprova o 3º Termo Aditivo de 17/02/82, ao Convênio celebrado em 18/12/80, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudanças Fiscalizadas no Estado do Paraná. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101/83
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º . Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 17/02/82, ao Convênio celebrado em 18/12/80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudanças Fiscalizadas no Estado do Paraná.

Arg. 2º . Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.
(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 102/83, que assegura aos ex-Deputados Estaduais os Títulos e Tratamentos adquiridos quando no exercício de Mandato Eletivo, e dá outras providências. Aprovado.

Redação final do Projeto de Resolução nº 102/83
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º . Os ex-Deputados Estaduais, no âmbito do Poder Legislativo, continuarão a fazer jus aos respectivos títulos e tratamentos, adquiridos quando no exercício do mandato eletivo, mesmo que os tenha adquiridos na qualidade de suplente empossado.

Art. 2º . A Carteira Parlamentar, fornecida pelo Poder Legislativo, será emitida para o ex-Deputado Estadual, constando a data da última legislatura a que pertencer.

Art. 3º . As homenagens póstumas aos ex-parlamentares serão realizadas durante o Grande Expediente das sessões ordinárias, com a designação de oradores pelas Lideranças Partidárias.

Art. 4º . Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.
(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 113/83, (Mensagem nº 98/83 - ex-Proposição nº 98/83), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/07/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado.

Redação final do Projeto de Resolução nº 113/83
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º . Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Florestópolis nº 298/83, Itaguapé nº 260/83, Jaguapitã nº 304/83, Jandaia do Sul nº 299/83, Mandaguá nº 263/83, Nova América da Colina nº 266/83, Nossa Senhora das Graças nº 308/83, Porto Rico nº 275/83, Presidente Castelo Branco nº 276/83, Peabiru nº 270/83, Rolândia nº 208/83, Santo Antônio do Caiuá nº 301/83, São Pedro do

Paraná nº 311/83, Siqueira Campos nº 387/83, Santa Cruz do Monte Castelo nº 283/83, Tamboara nº 295/83, e Tomazina nº 312/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI – Presidente;

HOMERO OGUIDO – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 114/83, (Mensagem nº 129/83, - ex-Proposição nº 129/83), que aprova Termo Aditivo nº 01, de 19/09/83, ao Convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Jardim Alegre, objetivando execução do “PRONOROESTE”. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 114/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º. Fica aprovado o Termo Aditivo nº 01, datado de 1º de setembro de 1983, ao Convênio celebrado em 13 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e o Município de Jardim Alegre, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná – PRONOROESTE.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI – Presidente;

HOMERO OGUIDO – Relator.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pela ordem) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Estou acompanhado,

Sr. Presidente, pela ordem do dia, e depois do Projeto 105/83, vem o Projeto 106/83, Vossa Excelência anuncia outro projeto; eu gostaria que Vossa Excelência informasse se há algum requerimento pedindo prioridade de votação.

O SR. PRESIDENTE – Procede a questão de ordem, nobre Deputado. Acontece que a nossa Ordem do Dia não está impressa.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 105/83, (Mensagem nº 122/83 - ex-Proposição nº 123/83), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 07/02/83, sob nº 19/83, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando implantação de um micro-sistema de abastecimento de água na sede distrital de Iguaporã e Vila Bom Jardim. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 105/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º. Fica aprovado o Convênio nº 19/83,

celebrado em 07 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a implantação de um micro-sistema de abastecimento de água na sede distrital de Iguaporã e Vila Bom Jardim.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente;

GILBERTO CARVALHO – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 106/83, (Mensagem nº 108/83), que aprova Convênio nº 66/83, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando execução do “PRONOROESTE”. – **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 106/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º. Fica aprovado o convênio nº 66/83, celebrado em 16 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, com a interveniência da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná – PRONOROESTE.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente;

GILBERTO CARVALHO – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 107/83, (Mensagem nº 123/83 - ex-Proposição nº 124/83), que aprova os Termos Aditivos, que revigoram os Convênios de 26/07/83, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, visando execução de obras de interesse público. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 107/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º. Ficam aprovados os Termos Aditivos de revigoramento datados de 26 de julho de 1983, aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os Municípios de Santa Terezinha do Itaipu nºs 10 e 11/83 de 04/03/83, e Marechal Cândido Rondon nº 20/83 de 07/02/83, objetivando a execução de obras de interesse público.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente;

GILBERTO CARVALHO – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 108/83, (Mensagem nº 128/83 - ex-Proposição

nº 128/83), que aprova o Convênio celebrado em 19/08/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Assis Chateaubriand, para execução do "PRONOROESTE".
Aprovado.

Redação final do Projeto de Resolução nº 108/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º . Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

Art. 2.º . Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 109/83, (Mensagem nº 125/83 - ex-Proposição nº 126/83), que aprova o Termo de 04/08/83, consubstanciado na Resolução nº 231/83, de alteração dos Atos Constitutivos Integrantes de Convênio que criou o Sistema CODESUL - BRDE, firmado pelos Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com as conseqüentes alterações regimentais na forma proposta. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 109/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º . Fica aprovado o Termo (Resolução nº 231/83) datado de 04 de agosto de 1983, de alteração dos Atos Constitutivos Integrantes de Convênio que criou o Sistema CODESUL - BRDE, firmado pelos Governadores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Art. 2.º . Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 110/83, (Mensagem nº 110/83 - ex-Proposição nº 105/83), que aprova os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", exercício de 1983. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 110/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º . Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios: Carlópolis nº 188/83, Janiópolis nº 198/83 e Nossa Senhora das Graças nº 235/83, datados de 04/06/83., Mandaguari nº 316/83, Marumbi nº 306/83, Palotina nº 269/83, Primeiro de Maio nº 309/83, Tupãssi

nº 289/83, e Uraí nº 314/83, datados de 08/07/83, e São Jorge do Ivaí nº 160/83, datados de 06/05/83, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Art. 2.º . Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 115/83, (Mensagem nº 148/83 - ex-Proposição nº 135/83), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Agudos do Sul, objetivando a realização da Festa de Hortigranjeiros. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 115/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º . Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Agudos do Sul, objetivando a realização da Festa de Hortigranjeiros.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 116/83, (Mensagem nº 145/83 - ex-Proposição nº 121/83), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", exercício de 1983. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 116/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º . Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os seguintes Municípios: Manoel Ribas e Renascença, em 06/05/83; Jussara, em 09/05/83, e os Laranjeiras do Sul e Tapejara, em 04/06/83, objetivando adoção de ação conjunta com vista à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Art. 2.º . Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 117/83, (Mensagem nº 109/83 - ex-Proposição nº 104/83), que aprova o Convênio celebrado em 03/09/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Largo, objetivando regular a prestação

de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos, na área desse Município. Aprovado.

Redação final do Projeto de Resolução nº 117/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de setembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o Município de Campo Largo, objetivando regular a prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos, na área do referido Município.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 61/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, regulamentando a Emenda Constitucional nº 21, de 05/12/83, que introduziu a alínea "C" ao parágrafo único do artigo 74, da Constituição do Estado (APOSENTADORIA PROPORCIONAL À FUNCIONÁRIOS COM MAIS DE QUINZE ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 61/84, de sua autoria, por 05 (cinco) Sessões. Aprovado. Fica portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 61/84 por 05 (cinco) Sessões.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar nº 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de Estágio Probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

2

Projeto de Lei Complementar nº 77/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica dispensado o estágio probatório ao professor, aprovado e classificado em concurso público para cargo no Magistério da Rede Estadual de Ensino, que comprove haver prestado, no mínimo, dois anos de atividades docentes ao Estado do Paraná, em regime das Leis de Trabalho.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

A Medida proposta visa estabelecer a dispensa de um requisito que o professor, comprovadamente, já o supriu anteriormente à prestação de concurso para o ingresso na carreira do magistério.

Com isso haverá uma economia temporal na utilização dos serviços profissionais do professor e em favor da rede estadual de ensino.

E com essa intenção que apresentamos o presente Plano de Lei que por certo irá merecer a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 77/83.

O ilustre Deputado Tadeu França tenciona, com o presente plano de Lei de sua autoria, extinguir o estágio probatório ao professor da Rede Estadual de Ensino, que comprove haver prestado, no mínimo, dois anos de atividades docentes ao Estado do Paraná.

Inicialmente, foi o processo baixado em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação para que essa se manifestasse sobre a oportunidade e conveniência da medida.

Aquela Pasta, em cumprimento da diligência, informa, por sua Chefia de Gabinete, que "o estágio probatório tem tido mero efeito figurativo, tanto no Estatuto dos Funcionários Públicos - Civis do Paraná (Lei nº 6174/70), como no Estatuto do Magistério (Lei Complementar nº 77/76)", entendendo pela validade da proposição.

Atento, embora, ao proibitivo constitucional contido no artigo 25, § 1º, letra C, somos todavia atraídos pela justeza da iniciativa, esperando que a possível sanção governamental venha a sanar o vício de origem do Projeto.

Por tais razões, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 77/83.

O ilustre Deputado Tadeu França tenciona, com o presente plano de Lei de sua autoria, extinguir o estágio probatório ao professor da Rede Estadual de Ensino, que comprove haver prestado, no mínimo, dois anos de atividades docentes ao Estado do Paraná.

O projeto já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista informações da Secretaria de Educação, onde o mesmo esteve em diligência.

Portanto, tendo em vista a conveniência e justiça da medida, somos pela APROVAÇÃO do mesmo.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1984.

(aa) TADEU FRANÇA — Presidente;

ANTONIO BELINATI — Relator.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente,

Srs. Deputados. O Projeto de Lei Complementar ora em apreciação do nobre Deputado Tadeu França, nós procuramos analisá-lo com profundidade, e entendemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta lei aprovada e sancionada pelo Sr. José Richa vai corrigir uma grande injustiça e até uma medida

estranha que está se exigindo aqui no Paraná, para os professores concursados em 1979.

Vai fazer com que o professor, ao ser nomeado, este professor fique isento do compromisso de prestar este estágio probatório. É uma incoerência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para um professor que já tem um padrão, que já foi aprovado num concurso público, que já está com a responsabilidade da educação de centenas ou de milhares de alunos, e de repente este professor, em consequência dos baixos salários pagos aos nossos professores, ele se viu com a necessidade premente de prestar um concurso para um segundo padrão, e eis que, a Secretaria da Educação e Cultura, exige deste mesmo professor, cuja capacidade já ficou mais longe do que comprovada, porque se ele não tivesse capacidade, se ele fosse um incapaz, ele teria que ser afastado da função que ele está exercendo.

Seria uma incoerência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um professor, amanhã, ser considerado inapto para um segundo padrão, mas continuar com o seu primeiro padrão no Estado. Ele teria que ser automaticamente afastado do padrão que ele está exercendo. Se ele já está com sala de aula, se ele já está com uma função no Governo do Paraná, se ele já prestou um concurso, por que se exigir deste professor um estágio probatório? Não tem cabimento, não tem razão de ser. E hoje nós estamos vendo um descontentamento generalizado junto aos nossos mestres do Paraná, principalmente daqueles que prestaram o famigerado concurso em 1979.

Ainda ontem, se aguardava nesta Casa, na Comissão de Educação, presidida pelo nobre Deputado Tadeu França, a presença da Secretária da Educação e Cultura, Dona Gilda Poli, e ela lamentavelmente não compareceu, e só na hora da reunião da Comissão de Educação, é que chegou o ofício comunicando que, em razão de uma audiência com o Governador, ela não poderia comparecer nesta Casa de Leis.

Uma desculpa que ninguém engoliu na Comissão de Educação, porque, se de fato a Secretária tivesse tido uma audiência com o Governador, ela poderia pedir até o adiamento da reunião da Comissão; poderia ter pedido que aquela sessão, aquela reunião começasse mais tarde.

Eu entendi como um desrespeito a esta Casa, e em especial à Comissão de Educação, e também aos professores, porque chegaram a Curitiba professores vindos de várias partes do Paraná, e estava ali o professor Izaías Ogliari, Presidente da APP, o Presidente do Sindicato dos Professores de Curitiba, também estava presente, mestres das mais variadas cidades do Paraná, e lamentavelmente eles que aqui vieram para debater com a Professora Gilda Poli, voltaram frustrados com a falta de consideração com esta Casa.

Os problemas do ensino são vários, os professores se debatem com o problema de terem pago um segundo padrão, e serem obrigados a lecionar em cidades distantes da sua sede, do seu domicílio, 100, 200, 300, 400 quilômetros, porque tem hoje professor que mora em Curitiba e por necessidade financeira, está lecionando na fronteira com a Argentina. Perdendo o convívio com a família. É uma situação constrangedora.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Antônio Belinati. Triste e constrangedora era a situação em que se encontravam

aqueles professores que, concursados, aguardavam anos do Governo anterior e não foram aproveitados. E o atual Governo não tendo outra maneira, senão cumprir uma lei existente que é a do estágio probatório, outra coisa não podia fazer do que cumprir a lei. Então esta situação, não se atribua à Secretaria da Educação, mas sim ao texto frio da lei e a um governo que cabe cumprir apenas a lei.

Nós reconhecemos o exercício e a mobilização da APP em lutar agora, para esse problema ser solucionado. Mas a geração deste problema, nobre Deputado, deve-se exclusivamente por uma disposição da lei.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Concordo com Vossa Excelência, que o estágio probatório a lei assim o determinava.

No entanto, a Secretaria da Educação está deslocando professores e está afastando professores do convívio de seus familiares, sem nenhuma base de lei, não há nenhuma lei. Aliás, até pela Constituição Estadual do Paraná há um artigo ali que deixa claro, que a professora tem que lecionar onde mora o seu marido.

Entretanto, aqui no Paraná, nós podemos ter milhares de adolescentes, de crianças, de jovens que vão perder o carinho da mãe porque a mãe, preocupada com o futuro e preocupada em reforçar o orçamento doméstico, ela está aceitando este sacrifício.

Alguém poderá dizer que o professor não foi obrigado a pegar o segundo padrão, mas para aquele que está morrendo afogado, na hora de sucumbir e vier alguém agarrá-lo pelo cabelo, ele aceita qualquer sacrifício em troca de que sua vida seja salva.

Foi o que aconteceu com os professores. Não tendo outro remédio, eles estão aceitando lecionar de noite, em zona rural, em cidades mais que estão mais distantes do que a própria Capital de São Paulo.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento)

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e apenas para situar ou posicionar os Deputados do PDS do Governo anterior:

Agora, nesta legislatura, agora nesta semana, nós recebemos diversas cartas das senhoras professoras pedindo nosso apoio ao projeto de lei que em tão boa hora o nobre Deputado Tadeu França apresentou à consideração desta Casa. Foi muito feliz o nobre Deputado Tadeu França, em corrigir esta injustiça.

Não havia nem necessidade dessas cartas nos chegarem às mãos. Porque nós temos um profundo respeito e todos os Deputados o têm, pelo professor, pelo que ele representa para a comunidade de um Estado ou de uma Nação. Agora, nós queremos apenas justificar a posição dos Parlamentares do PDS, porque aqui sempre se diz: o PDS não fez, o PDS deixou de fazer, o PDS deveria ter feito.

Lamentavelmente, os mesmos tecnocratas que estão no atual Governo, estavam no Governo anterior e impediram a ação dos Deputados do PDS. Os Deputados do PDS, por diversas vezes, levaram ao então Governador Ney Braga as suas apreensões, com esta situação anormal, desumana a que se submetiam mestras já comprovadas por dez, quinze anos, e tendo que cumprir um estágio probatório para poder lecionar no segundo padrão. Sensibilizávamos o Governador, mas lamentavelmente os tecnocratas

que comandam ainda a administração pública brasileira interferiam no problema e a situação acabou se deteriorando e ficando ao ponto em que se encontra.

Agora Vossa Excelência faz críticas à Secretaria da Educação. É a mesma tecnocracia contra os legítimos anseios e direitos da classe do professor.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Que nem veio à Casa prestar contas.

O Sr. Erondy Silvério — Que nem veio à Casa. Então, não se culpe amanhã os Deputados do PMDB, o nobre Deputado Tadeu França, se porventura o Sr. Governador José Richa, atendendo aos célebres pareceres dos tecnocratas, acabe vetando a lei.

Não poderíamos nunca, culpar os homens do PMDB, como fazemos um apelo para que eles não culpem os Deputados do PDS que sempre lutaram, nesta Casa, para uma justa remuneração, não só ao professor, mas a todo o funcionalismo público do Estado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, nobre Deputado Erondy Silvério.

Gostaria de lembrar que na legislatura passada eu não tive a honra de integrar esta Casa de Leis, mas acho que precisamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer as correções através das leis, corrigir as leis esdrúxulas e não ficarmos debitando para o passado, lembrando que no passado era diferente. Caso contrário, vai ser como um ex-Presidente do Brasil que chegou a debitar a culpa pela situação que o Brasil está enfrentando, a Pedro Álvares Cabral.

E nós queremos, nesta tarde, ao cumprimentarmos o nobre Deputado Tadeu França, pela sua feliz iniciativa, fazervotos que o Governador José Richa sancione esta lei, se aprovada por esta Casa e que a Secretaria da Educação corrija, com urgência, as distorções que estamos presenciando, para que não fique apenas para o ano eleitoral.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós — me perdoem os Deputados — estamos com a desconfiança de que hoje o professor será castigado, tendo que enfrentar grandes distâncias para poder ministrar suas aulas, e que no ano eleitoral esse professor venha a ser contemplado com algum ato administrativo para corrigir essas injustiças.

Ainda ontem, vimos aqui na própria Assembléia, professores descontentes manifestando o seu descontentamento a próprios companheiros, Deputados ilustres da Bancada do PMDB, com o tratamento que estão recebendo do Governo do Estado.

Então, no instante em que damos o nosso apoio a este projeto, a nossa esperança e o nosso desejo de que o magistério que está hoje num clima de revolta, de descontentamento, pelas aberrações, pelos absurdos e pela falta de atenção, fazemos votos que a Secretaria Gilda Poli corrija essas injustiças aqui no Paraná.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em discussão o Projeto de Lei n.º 77/83.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para discutir)

Sr. Presidente, eu solicito da Mesa que me seja encaminhado requerimento de apelo que faço ao Sr. Governador do Estado sobre o projeto em tela, que trata dos professores estaduais lotados em municípios que não da sua origem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nessa sessão

lembrou-se muito o passado. E é conveniente que lembremos aqui, que no início do Governo Ney Braga, herdando um problema do Governo Jayme Canet Júnior, os professores estaduais com dois padrões, viviam a mesma angustiosa situação que vivem hoje os professores que fizeram concurso em 1979.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PDS ou a Bancada da ARENA, fez um apelo ao Governador, entendendo que sobre o assunto não deveria ser colocado apenas o espírito frio da lei, mas sobretudo, a situação humana dos mestres, e em razão de apelo que este Deputado fez ao então Governador Ney Braga, através de um decreto de Sua Excelência a Secretaria de Educação e Cultura de então, pode fazer um relotamento dos professores estaduais.

E é exatamente por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que venho à tribuna nesta tarde, para dizer que a Bancada do PDS tem autoridade moral para votar a favor do projeto do nobre Deputado Tadeu França, e assim o faremos.

Mas nós sabemos — e é bom que se alerte aos professores — que este projeto do eminente Deputado Tadeu França, de per-si não vai resolver a situação dos professores que se encontram nesta dramática situação, causando prejuízos não só a si e aos seus familiares, mas sobretudo à educação da juventude estudiosa do Paraná.

Por que não vai, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Porque o projeto pretende extinguir um estágio probatório, mas não extingue o concurso de remoção que, igualmente, consta de lei complementar que estatui o Estatuto do Magistério do Estado do Paraná. Ora, se não se extinguir o concurso de remoções, o que pode — e o que certamente ocorrerá em alguns casos — é que mesmo sem o estágio probatório, os professores só poderão ser transferidos para os seus municípios de origem, desde que haja vaga no concurso de remoção.

E se não ocorrerem vagas nas matérias dos professores, nas cadeiras dos professores?

E se não houver possibilidade de transferi-los?

Como resolver a situação?

Aí permanecerá, ainda, o mesmo espírito frio da lei, e os professores terão grandes dificuldades para acomodarem as suas situações funcionais.

Por isso, ao tempo em que a Bancada do PDS firma a sua posição em favor do magistério e dos mestres do Paraná, queremos alertar a esta Casa e aos professores que apenas este projeto não significará a solução dos problemas dos professores paranaenses.

Em razão disso, a Bancada do meu Partido faz, hoje, em 1984, aquilo que fez em 1979, faz um apelo ao Governador do Estado, baseado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que a Assembléia Legislativa envie expediente

ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, sugerindo que a lotação de professores remanescentes do concurso de 1979, seja regularizada através de ato administrativo e que a lotação seja efetuada no município de origem.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
JUSTIFICATIVA:

É altamente louvável a iniciativa do Deputado Tadeu França ao apresentar o projeto de lei que visa extinguir o período de estágio probatório ao professor da rede estadual de ensino, aprovado e classificado em concurso público para o cargo do Magistério da Rede Estadual de Ensino e que comprove haver prestado, no mínimo, dois anos de atividades discentes ao Estado.

Sem dúvida, trata-se de proposta de grande alcance para o Magistério. Contudo, a adoção deste procedimento não beneficia os remanescentes do concurso de 1979, muitos dos quais estão sendo lotados em estabelecimentos de municípios distantes aos de sua origem, causando-lhes sérios transtornos.

Os professores remanescentes daquele concurso, já lotados, teriam que aguardar dois anos na atual situação para que só então pudessem participar do concurso de remoção.

O que se propõe com este requerimento é que o Sr. Governador, por ato administrativo, proceda a relocação na cidade de origem do professor, tal como foi feito, em 1979, pelo então Governador Ney Braga, que, por decreto, regularizou a situação de 1782 professores concursados e que haviam sido lotados em estabelecimentos distantes da cidade de origem”.

Não é possível se admitir, Srs. Parlamentares, que um professor com dez, quinze anos de serviço efetivo de um padrão em Curitiba, tenha que, por um passe de mágica, tivesse o dom da ambiguidade, estar em dois locais ao mesmo tempo, tendo o seu outro padrão sido lotado no Sudoeste, no Oeste, no Norte ou no litoral do nosso Estado.

Por isso é questão de bom senso. A lei não pode ferir o bom senso e é hora do Governador do Estado, pelo menos no caso do professorado, usar do bom senso e determinar, através de ato administrativo, ele que é chefe dos funcionários, tanto do quadro próprio do pessoal do Estado, quanto ao quadro do estatuto do magistério, para que Sua Excelência se sensibilize com este problema e possa resolver a situação dos professores e da educação do Estado.

Os cumprimentos da Bancada do PDS ao Deputado Tadeu França, que tenta aqui, nesta Casa, que é a Casa do Povo, encontrar a solução do problema do professorado, mas a minha convicção pessoal de que depende especialmente do Governador José Richa resolver este problema, e se ele ou se a Sra. Secretária da Educação não souberem a fórmula, é fácil. Eles que procurem nos Anais e nos arquivos da Casa Civil, que o ato do Governador Ney Braga há de mostrar o caminho à incompetência do atual Governo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos ficar sem registrar o nosso agradecimento perante a manifestação da Liderança da bancada do PDS, em termos de solidarizar-se com proposta de nossa iniciativa que, por sinal, nem sequer

foi elaborada em função da solução de um problema imediato.

No mês de junho do ano passado, quando em pauta não estava a situação dos excedentes convocados do concurso de 79, nós, sentindo o absurdo de uma situação quando se cobra do professor e, em tantos casos, configura-se a situação de tantos deles que lecionaram não apenas dois anos, mas dez, quinze ou vinte ou mais anos, e que depois de uma vida profissional inteira voltada à Educação, ainda são obrigados a cumprir a “letra morta” de um estágio probatório, período dentro do qual não pode ser removido, submetendo-se a uma situação que chega a ser caótica, incompreensível e contraditória.

É dentro deste espírito que apelamos aos Srs. Deputados, em prol da aprovação de nossa iniciativa. Não tenho o condão do oportunismo: tem sim, a inquietação de corrigir o drama, particularmente singular, de uma categoria de trabalhadores em que a pessoa física reúne, acumula duas pessoas jurídicas. Não pretendemos o concurso público de remoção, porque somos do entendimento que, se devemos aproveitar as posições do passado, não podemos concordar com a remoção para locais onde não existam vagas. Sabemos que, no passado, foram criadas vagas para comunicadores de alunos, administradores prediais e tantas outras funções que não se justificavam, apenas para contornar situações.

Não pretendemos isto: estamos apenas propondo ao nosso Governo e à Secretaria do Estado da Educação, que reconheça aos professores que têm dois — e em alguns casos até trinta anos de magistério —, que reconheçam que eles já provaram, o seu estágio está mais do que selado e que aceitemos a verdade, que “a letra mata e o espírito é que vivifica”.

É dentro desta norma, portanto, e pensando nestas diretrizes, que esperamos ter a compreensão, o gesto humano de uma lei que não foi feita — e insistimos repetir — em nome de um casuísmo, em nome de uma situação como a atual por nós é vivida, mas em nome da correção de um absurdo histórico urdido e tramado contra a classe dos professores do Paraná em nome de uma legislação que não é do Governo do PMDB, e para corrigir um concurso, objeto de tantas irregularidades, de tantas contradições, de tantos problemas, como foi o concurso de 1979.

Por derradeiro, Srs. Deputados, cabe aqui, como professor que sou e meu testemunho, fui aprovado e convocado também pelo concurso de 79, e na época, nós, de fato, alcançamos o reconhecimento e o bom senso de que, em situação análoga, — e na época seis mil professores convocados — dos seis mil, a esmagadora maioria e entre os quais este Parlamentar estávamos em situação semelhante à de dois mil professores atualmente no Paraná. É preciso que haja primazia e o imperativo do bom senso. Não podemos tratar os educadores simplesmente segundo os ditames da letra morta. Nós, como um Poder Legislativo, temos obrigação de corrigir a lei, quando esta se coloca em termos de aniquilamento, até mesmo das condições humanas, racionais e elementares do trabalho.

É por esta razão que nós, representando o pensamento de inúmeros pais e mães de família que não estão enxergando outra alternativa, a não ser uma resposta imediata a seus problemas, esperamos sim que haja sensibilidade do Poder Executivo Estadual, do Governador do Estado, José Richa. Para que esta

lei, vindo a ser aplicada, possa caracterizar aquilo que nós, do PMDB, sempre pregamos: a primazia do ser humano. E especificamente aquela que propicia condições humanas, racionais e normais, para que o trabalhador possa desempenhar suas funções.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, quando visitava a minha região, fui abordado por alguns professores nas cidades de Jandaia do Sul, Jardim Alegre e vários municípios do Vale do Ivaí, que estavam fazendo um apelo para que desse apoio a este projeto de lei que suspende o estágio probatório.

Tinha certeza e confiança na Bancada do PDS. E naquele momento eu afirmava não só o meu apoio a este projeto de lei, mas afirmava a certeza do apoio da Bancada do PDS. Se é uma lei que instituiu o estágio probatório, através deste projeto de lei, haverá de ser suspenso. E que este apelo não caberia a nós, como nós recebemos várias cartas, vários ofícios de professores, fazendo um apelo para que desse apoio a este projeto de lei. Mas este apelo deveria ser sim ao Governador do Estado, para que sancionasse o projeto de lei. Porque tinha certeza que, nesta Casa, seria aprovado por unanimidade.

Porque nós, que temos a vivência da vida pública, que percorremos o Estado do Paraná, falando com o povo, sabemos desta dificuldade. Sabemos o que passa hoje o professor nomeado em 79, colocada a sua lotação em município distante até 600 km., onde ele tem o seu primeiro padrão.

E o que acontece? O professor muitas vezes vai. Fica dois ou três dias usando dos direitos que são possíveis e retorna à sua cidade porque tem que cumprir o outro padrão. E o grande prejudicado é o aluno, a sala de aula ficando sem professor.

Por isto cumprimento o autor deste projeto de lei. Tenho certeza que será aprovado por unanimidade o nosso apelo, para que o Governador sancione este projeto de lei, que trará relevantes serviços não só ao professor, mas também ao aluno que hoje está sendo prejudicado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Para encaminhar)

Sr. Presidente, a Bancada do PMDB, na tarde de hoje, votará favoravelmente ao projeto do Deputado Tadeu França, Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, mas se reserva o direito de análise mais profunda. Porque a nossa bancada tem uma preocupação de solucionar, definitivamente, a solução de impasse gerada pela convocação de professores de concurso de 79, diga-se de passagem, de uma forma definitiva e até porque na segunda-feira haverá uma reunião entre o Governador do Estado, a APP e a Secretaria da Educação, para analisarem exaustivamente o problema e... buscar luz para solução definitiva do fato ora em pauta.

Muitos aspectos, Senhor Presidente e Srs.

Deputados, ainda nos permanecem como indagação no que diz respeito a votação do presente projeto de lei, muitos aspectos precisam ainda ser discutidos entre os diversos organismos responsáveis pela solução do fato dos professores, entre eles, indubitavelmente, a presença da APP e da Secretaria de Educação.

Aspectos, Senhor Presidente, senhores Deputados, como aqueles que dizem respeito aos professores que declinaram de sua ordem de classificação por saberem do estágio probatório e que poderia gerar um tumulto maior no ensino do Paraná e como em todas as secretarias em todas as atividades do Governo José Richa, prima-se por fazê-la da forma mais coerente, mais séria e mais eficiente possível, nós queremos deixar claro na votação do dia de hoje exatamente isso: que a Bancada do PMDB votará hoje, favoravelmente, em primeira discussão, ao presente projeto de lei complementar, mas reserva-se ao direito da análise em conjunto da bancada mais apurado do fato e até mesmo aguardando a solução dada pela reunião do Governador, APP e a Secretaria da Educação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Para encaminhar) — Sr. Presidente, não é do nosso feito a omissão em momentos sérios da vida do povo do Paraná, mas é bom que se registre, desde já, que a herança da incompetência administrativa governamental dos governos passados, tem realmente exigido do Governador José Richa, a competência e a seriedade que ontem não existiu, para, realmente, colocarmos o Paraná e a educação do Paraná principalmente nos eixos preconizados e desejados por todos nós.

Não nos resta a menor dúvida que a herança foi desastrosa os Secretários que por lá passaram na Secretaria da Educação, deixaram a marca da incompetência e o Governo do Estado deixou o registro da sua insensibilidade e os problemas se agravaram e se multiplicaram e hoje é preciso e mesmo uma situação problemática mesmo existindo uma situação onde muitos dos professores do Paraná não podem sofrer ônus de erros administrativos nem de ontem nem de hoje, este Poder como Poder legiferante tem a obrigação de se portar com a dignidade, a inteligência, a competência e a seriedade que os problemas exigem.

Os professores não podem trilhar pelas estradas da educação com um fardo tão pesado, uma legislação que não foi feita por José Richa, nem por Governo do PMDB, uma legislação que já massacrava e continua ainda massacrando os professores do Paraná e do Brasil. Não podemos e, ao encaminhar a votação, a nossa intenção é exatamente frisar, e todos os males sofridos pela classe profissional é advinda da insensibilidade dos governos, da ditadura dos governos da prepotência e até no dinheiro dedicado ou nas verbas dedicadas à educação tem sido, ano a ano, mais miseráveis, porque ano a ano diminui o percentual destinado ao setor educação do Brasil. E isto traz uma agravante muito séria, em todos os setores da educação nacional. Desde a criança, até o postulante de uma pós-graduação. A educação no Brasil está um caos, porque a Nação foi vendida até por aí, para os grupos estrangeiros, que preferem o analfabetismo e que preferiram sempre que o professor

fosse mal remunerado e as dificuldades dos alunos de acesso à escola, também fosse dificultada.

Votarei mesmo sem ouvir outros segmentos dos órgãos de Governo, votarei com o Deputado Tadeu França, porque entendo que o peso é muito grande para o professor; a carga é muito pesada para que ele carregue sozinho. Eu quero estar ao lado daqueles que me ensinaram a vencer, para dizer, que o responsável não é José Richa, o responsável é essa desgraça implantada no Brasil em 64, contra a qual nós nos levantamos, como uma Nação e como um todo, a pedir, Diretas-Já, para poder reconduzir este País à Nação, ao caminho desejado por todos nós.

Nós não podemos mais compactuar com decisões arbitrárias e ditatoriais. Esta Nação haverá de se encontrar no diálogo, na busca permanente do caminho certo, do destino desejado por todos nós. E dos mais importantes, Sr. Presidente, é a educação. Este setor foi esquecido; os professores e os estudantes, o que receberam foi bordoadas e cacetadas nas ruas, e nas Universidades e nas escolas. E é contra isto e é a isto que eu quero denunciar, para que fique registrado que as portas da Democracia se abriram, com a abertura das urnas, com a convocação do povo para eleger o Governador Democrático, que tem a intenção de solucionar os problemas e só espera a colaboração de todos os segmentos da sociedade, para nós realmente encaminharmos o problema educacional do Paraná, tanto de professores como de alunos, com a máxima seriedade possível, sem politicagem e muito menos sem politicalha. Ou a seriedade que esse assunto merece, porque na realidade a situação hoje existente no setor educacional, criou inúmeros prejuízos para os estudantes, principalmente também é bom que se frise, se existe mil e poucos professores prejudicados, existem 30 ou 40 mil vezes mais, de alunos prejudicados, por causa das dificuldades que o professor lecionar ou a possibilidade exigida didaticamente aos seus alunos.

Então, o problema não é só do professor, é dos alunos que precisam ter o seu professor didaticamente preparado, espiritualmente preparado, para ministrar a aula que transmite conhecimento e não apenas para garantir um salário a mais.

Por isto me posiciono a favor, independente de resultado de qualquer que seja, órgãos de Governo porque acho que os professores e os alunos, precisam ver e ter, definitivamente, esta situação reparada.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.— Aprovado, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amélia Soto, ocorrido no dia 09 de maio do corrente ano, nesta Capital.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da Comarca de São Pedro do Ivaí.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a elevação de entrância inicial para entrância intermediária, da Comarca de Jandaia do Sul.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de uma vara especializada na Execução Fiscal, bem como a instalação de mais uma vara criminal no Município de Maringá.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência registra a visita do ilustre Deputado Federal, Pedro Artur Sampaio, nesta Casa de Leis.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando Regime de urgência ao Projeto n.º 200/83, que dá nova redação ao Artigo 51 da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73.— Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr.

Presidente, para que... o Plenário fique informado, gostaria de saber de que trata este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Fixa remuneração dos vereadores e verba de representação dos Presidentes de Câmaras Municipais.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um posto de saúde no Jardim Independência, no Município de Sarandi.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo calçamento nas margens de todos os estabelecimentos de ensino da rede estadual de Educação, onde se fizerem necessárias, no Município de Maringá.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo para que instituíam a desapropriação compulsória dos veículos avariados, após noventa dias de permanência nos pátios do DETRAN.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermediário da Secretaria do Interior, encarecendo a reavaliação do sistema de captação de água feita por esta Companhia, no Rio Água Grande, no Município de Ubatuba.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, encarecendo esclarecimentos a respeito das Autarquias de Trânsito e o espaço profissional

da classe dos Despachantes.— Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) —
Solicito da Mesa ler a súmula do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — (Lê a súmula) — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento "Contribuições à Política Urbana", que contém as conclusões do Painel de Estudos, realizado por ocasião das comemorações dos 291 anos de fundação de Curitiba e por iniciativa do Diretório Regional do PDS.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do PROMOPAR, por intermédio da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo apoio financeiro para a aquisição de camas para o Albergue Noturno locuado no Município de Terra Boa.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações e subsídios a respeito das experiências vivenciadas em razão da criação e atuação dos Conselhos de Seguranças existentes em diversas localidades do Estado do Paraná.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo apoio técnico e financeiro para a reestruturação e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica nos Distritos, bem como na própria sede do Município de Goioerê.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de levantamento técnico, assim como o desenvolvimento de reformas gerais nas instalações do Grupo Escolar Afonso Botelho, no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente as Senhoras Secretária da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a execução de calçamento ao redor das Escolas Estaduais do Município de Maringá.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte ligando o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal

Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 86.º aniversário da Sociedade União Juventus, nesta Capital.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo uma viatura policial para o Município de Guaratuba.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal do Estado, sob o título "Ofensas contra o líder Ney Braga".— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.— (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 213.º aniversário do Município de Guaratuba.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Ministra da Educação, encarecendo a criação de uma Faculdade de Direito no Município de Cascavel.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Folha de Londrina, pelo lançamento da campanha visando a recuperação econômica e social no norte do Estado, através da volta do café e das lavouras de subsistência.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a liberação de bolsas de estudos para os alunos da Escola de Ensino de Segundo Grau, mantida pela C.N.E.C., localizada no Município de Iretama.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo nomes, cargos e funções dos mais de mil servidores que foram punidos, conforme consta em Nota Oficial divulgada sobre atos referentes a operações de crédito que coloca em suspeição, ocupantes de cargos de confiança do Governo José Richa, bem como os motivos que determinaram ditas punições e a data em que essas ocorreram.— Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria, neste instante da votação do requerimento do Deputado Antonio Belinati, de pedir à bancada do PMDB, bem como a bancada do PDS, a rejeição do presente requerimento.

Pedir a rejeição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pelo fato de que vamos nos omitir de fornecer a relação de mil e poucos servidores públicos do Governo José Richa, não pela vontade de esconder a transparência deste Governo que tem demonstrado a sua vontade em ser participativo e principalmente da nossa Bancada ter obstaculizado em momento

algum os pedidos de informação dos companheiros Deputados do PDS, mas apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que nós acreditamos estar prestando um desserviço aos servidores da administração José Richa, porque os atos, as publicações das suas demissões foram todas elas de conhecimento público.

Porque os cargos que ocupavam, as Secretarias, os órgãos que ocupavam são de perfeito conhecimento de todo aquele que se detiver na busca, porque até, Srs. Deputados, os funcionários demitidos tiveram o Foro competente para questionar sobre a demissão que seria o seu direito inegável de questionar na Justiça de Trabalho, e nós fazermos este pedido seria adentrar além da capacidade de trabalho, da capacidade profissional do servidor, seria atingir a sua própria casa, a sua família, de querermos relacionar aquilo que já foi relacionado.

Não nos cabe o direito, como Parlamentares, de na busca incessante de requerimentos dessa natureza, colocarmos esses servidores demitidos que tiveram todas as possibilidades de pleitearem do Foro competente o motivo da sua demissão, colocarmos em xeque com a sua própria família, trazendo à tona fatos que nada adiantarão aos demitidos, simplesmente saciando a vontade do requerente, que talvez não tenha atentado para este inconveniente do seu requerimento de, colocando em discussão nesta Assembléia, poderá colocar publicamente os reservados ao poder do empregador e do empregado.

Por isso, Srs. Deputados do PMDB e do PDS, no encaminhamento deste requerimento para justificar o posicionamento da nossa Bancada, que votará contra, sob hipótese alguma existe a tentativa sequer de não permitirmos à Bancada do PDS o conhecimento dos nomes e das funções, até porque esses nomes são encontrados na publicação dos órgãos a que pertenciam também e não nos cabe o direito de estarmos dando tona, nesta Casa, na imprensa de atos que levaram o Governo do Estado a exonerar a bem do serviço público e da moralidade no ano de 1983/1982.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento do nobre Deputado Antonio Belinati é fundamentado na nota oficial do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que quando tenta justificar aos olhos da opinião pública do Paraná a criação de uma Comissão de Alto Nível para decidir o rumoroso escândalo dos dólares que se abate como um furacão no Paraná, o Governador alega ter demitido mil servidores por corrupção. Não dá os nomes e lança a suspeição grave, com a responsabilidade de Governador do Estado, sobre todos os exonerados no período em que Sua Excelência assumiu o Governo. Nós nos recordamos aqui nesta Casa quantas denúncias

de patrulhamento ideológico, de exonerações de humildes servidores públicos apenas porque não concordavam com a ideologia político-partidária do PMDB. E, agora, Sua Excelência, na nota oficial para encobrir o escândalo do seu Governo, lança a suspeição generalizada sobre todos os servidores que foram exonerados no período do Governo do PMDB. Faz muito bem o Deputado Antonio Belinati em requerer as informações que a Sua Excelência, o Governador José Richa, comprove quais foram os servidores exonerados por corrupção; quais os atos que embasaram o Governo do Estado. É muito fácil citar mais de mil servidores foram exonerados. E aqueles que foram exonerados, inclusive, em razão de problemas de ordem pessoal podem estar envolvidos entre os mil apontados pelo Governador? É um ato de irresponsabilidade governamental lançar a suspeição que lança sobre os servidores que já foram perseguidos, que já que já foram massacrados, que perderam os seus empregos e que agora, de vez, perante a, digo, se vêem perante a opinião pública sob a suspeição de corrupção, apenas porque Sua Excelência, o Governador José Richa, precisa encontrar motivos para justificar a corrupção denunciada pelo Secretário Belmiro Valverde Castor, do seu Governo. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é inadmissível concordar-se com a alegação do Deputado Caíto Quintana, pois que seu Governador do Estado exonerou algum servidor efetivo, do Quadro de Funcionários Efetivos do Estado do Paraná, ele deve ter promovido o competente inquérito administrativo.

Ora, se fez o inquérito administrativo em respeito à lei, os documentos da exoneração desse servidor corrupto, ficam, "ad perpetum rei memoria", cravados nos arquivos do Estado do Paraná. Por isso nós não iremos expor nenhum desses servidores à execração pública. O que o Deputado Belinati pretende é apenas o esclarecimento da verdade. Sua Excelência, o Governador José Richa que prove quais são os corruptos, e que faça mais, que, se houve servidor exonerado por corrupção o Governador José Richa que não fique indeciso, que não crie uma outra Comissão de alto nível, mais sim que ele faça o que determina a lei, coloque na cadeia o servidor, mande o servidor ressarcir aos cofres públicos aquilo que roubou do Tesouro Estadual.

Por isso, eu não quero crer que a opinião do eminente Deputado Caíto Quintana seja a opinião da maioria da Bancada do PMDB, até porque o eminente líder do Governo, ainda há pouco, quando falava no Horário da Liderança perante às luzes e às câmaras da televisão afirmava que daria prosseguimento a todos os pedidos de informações da Bancada Minoritária dessa Casa.

Prefiro entre a opinião avalizada do Deputado Caíto Quintana, e o posicionamento público do líder da Bancada do PMDB falando no Horário da Liderança do PMDB, afirmando que dariam sempre prosseguimento aos pedidos de informação da Bancada do PDS desta Casa crer, que a posição adotada pelo Deputado Nilso Sguarezi é que cai prevalecer nesta tarde, é nós possamos ver Sua Excelência o Governador informar realmente quem são os corruptos que puniu no seu período governamental.

Se houver qualquer outro tipo de enfoque, que tente mascarar o voto "não" da Bancada do

PMDB, eu sugiro a esta Casa, à Liderança do Governo, a resposta de Sua Excelência, o Governador José Richa, em caráter reservado, mas que nós possamos realmente comprovar se Sua Excelência, falou a verdade, quando em Nota Oficial, com a responsabilidade de Chefe do Executivo disse que puniu mil servidores estatutários ou CLTs, do Estado do Paraná.

É hora Sr. Presidente, de verificar quais são os punidos, solicitar, aí então que o Governador mande-os para a cadeia, mas não é possível que um Governador de Estado que já exonerou os servidores possa agora, ele sim puni-los pela segunda forma, da forma pior que existe, lançando a suspeita e a infâmia sobre os servidores demitidos do Estado do Paraná.

Faço, portanto, um apelo ao Líder do Governo, para que continue com a sua posição, e ao Deputado Caíto Quintana, para que analisando este aspecto possa adotar nova postura em favor do engrandecimento desse Poder. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Deputado Mário Pereira — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Fez muito mal o Deputado

Caíto Quintana em se colocar contra a aprovação deste requerimento, disse o nobre Deputado Luiz Alberto. Fez muito mal o Deputado Antonio Belinati e faz muito mal o Deputado Luiz Alberto de insistir que se coloque à execração pública esses servidores, que já punidos uma vez, tenham que ser punidos novamente, com a vergonha que passarão, perante suas famílias, seus filhos, com os atos delituosos que por ventura algum deles tenham praticado.

Tiveram eles, como bem disse o Deputado Caíto Quintana, toda a oportunidade de defesa. Algum injustiçado tivesse teria se defendido e buscado os seus direitos, quer no inquérito administrativo, quer por via judicial.

Mas, para justificar essa posição do PMDB que vai votar contra este requerimento, eu vou ler uma citação de Pontes de Miranda, quando se expressa sobre o segredo de justiça: (Lê):

“O segredo de justiça pode ser ordenado sempre que se trate de matéria que humilhe, rebaixe, vexa ou ponha a parte em situação de embaraço. Que dificulte o prosseguimento do ato, a consecução da finalidade do processo ou possa envolver revelação prejudicial à sociedade, ao Estado ou a terceiros”.

O nobre Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, acha que é uma irresponsabilidade do Governador dizer que demitiu e não nominou os demitidos por atos de corrupção. Irresponsabilidade seria execrá-los, seria, depois demiti-los colocá-los para que fossem publicamente humilhados, se sentissem como diz Pontes de Miranda, rebaixados, vexados, como se fosse uma vingança do Governador, que não satisfeito com o ato de demissão, ainda os colocasse à execração pública. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Rejeitado.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Requerio verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). Requerio chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados. (Chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Os 33 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Antônio Belinati queiram levantar-se. REJEITADO. 8 Srs. Deputados aprovam, 25 rejeitam.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária de Educação, encarecendo a atualização da Escola Teotônio Vilela, no Município de Ubatã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um posto de saúde no Distrito de Salles de Oliveira, Município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo benefícios daquele Instituto aos celetistas do Estado, através de convênios com o INAMPS e INPS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à SANEPAR, no sentido da instalação de rede de distribuição de água nos Distritos de Pinhal de São Bento e Sede União, no Município de Santo Antonio do Sudoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto no Distrito de Sede União, Município de Santo Antonio do Sudoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de prédio destinado a abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do Município de Nova Prata do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de uma Delegacia Especializada - “Delegacia de Proteção a Mulher”, com sede nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão

anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo informações quanto a viaturas doadas por aquela Secretaria, bem como quais Municípios que mantêm convênio com a mesma, e também referente à relação de banqueiros de jogo do bicho no Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a participação de dois Deputados, um do PMDB e um do PDS, na Comissão de Alto Nível para apuração de fatos relacionados com operações de crédito, bem como o envio a esta Casa de toda a documentação sobre empréstimos internacionais. **Em discussão.**
Em votação. Rejeitado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se: **REJEITADO**, 27 Srs. Deputados...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).
Vossa Excelência está baseando na chamada feita anteriormente porque não houve tempo para contar vinte e sete Deputados ou eu consulto à Mesa se está baseando na chamada feita anteriormente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Vossa Excelência duvida da contagem dinâmica do Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu quero deixar Senhor Presidente, registrado, a posição da Bancada do PDS que votou favorável ao requerimento e marcar também o pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi, que é o segundo requerimento de pedido de informação da Bancada do PDS rejeitado na tarde de hoje. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Cedo a palavra, pela ordem, ao eminente líder do Governo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, o requerimento é desdobrado em dois itens. O primeiro que dois Deputados participem de um ato que é competência exclusiva do Executivo e não cabe a nós dizer ao Senhor Governador que deve formar uma comissão. Ele formou a comissão porque quis. Segundo item pede a cópia de todos os contratos, que já foi deferido e estão nas mãos do Deputado Erondy Silvério. Portanto, é prejudicado essa segunda parte; por isso votamos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está rejeitado o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Apesar de não desconfiar da contagem “biônica” do Deputado Dirceu Manfrinato, eu requeiro que Vossa Excelência faça nova verificação de votação a respeito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere solicitação do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, apesar do resultado já proclamado. Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Senhores Deputados que rejeitam levantar-se. Vinte e quatro Senhores Deputados rejeitam, sete aprovam. Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, encarecendo a instalação de módulo policial na Praça Espanha, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição dos Anais da Casa, da Nota Oficial do Partido Democrático Social sobre a crise no Governo do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.
(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFÉ DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações quanto ao quadro funcional daquela Companhia, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma Coordenadoria de atendimento daquele Instituto na sede do Município de Rio Negro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo seja reformada a Escola Casimiro de Abreu, no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando diversas informações quanto ao Banco do Estado do Paraná S/A. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão

anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo seja reformada e Escola Polivalente do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo apoio nas áreas verdes na região do Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a restauração da Avenida Manoel Ribas, via pública que dá acesso ao Município de Piraí do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação e instalação da Comarca de Ortigueira, naquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo esclarecimentos sobre os critérios adotados para as mudanças de chefias nos órgãos da Previdência no Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o desenvolvimento de obras no setor Rodoviário do Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando para que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Jogo do Bicho convide o Sr. Deputado Federal José Tavares a prestar informações referentes ao assunto em pauta. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Diretores da "Folha de Londrina", externando-lhes cumprimentos pela iniciativa de promover a Campanha do Café e a da diversificação de culturas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Taquígrafo. Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Para encaminhar).

A Bancada do PMDB, com satisfação, quer votar favoravelmente no reconhecimento justo ao taquígrafo. Nós mesmos aqui temos o exemplo de nossos laboriosos e dedicados taquígrafos, que acompanham, diuturnamente, o trabalho incessante dos Srs. Deputados. É louvável a iniciativa do nobre Deputado Gulin e queremos registrar, como testemunhas oculares, o trabalho diuturno que as nossas funcionárias têm prestado a este Poder.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está aprovado

o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de um poço semi-artesiano no Distrito de Alto São João, no Município de Roncador - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Felipe Camarão, no Município de Araruna. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a implantação de serviços de conservação do solo na micro-bacia denominada Água Grande, no Município de Ubatã. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Saúde e Bem-Estar Social e Diretor Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, encarecendo a desvinculação da área do 9º Distrito Sanitário do Município de Santa Helena, passando a ser atendido para o 10º Distrito Sanitário do Município de Cascavel. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um pelotão da Polícia Feminina na sede do Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação dos cursos de Direito, Processamento de Dados e Habilitação em Supervisão Escolar na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Município de Cascavel. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de duas celas no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na continuidade das obras de construção de um futuro museu, bem como benfeitorias, na reserva florestal localizada no Município de Fênix. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo seja informado as condições que até agora impediram a instalação de um posto de vendas daquela Companhia no Município de Mariluz. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada que liga a sede do Município de Pinhão, ao Distrito de Rondinha. — **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a destinação de um aparelho telefônico para a Escola Salles de Oliveira - Ensino de 1.º Grau, no Distrito de Salles de Oliveira, Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo para que a lotação dos professores remanescentes do concurso de 1979, seja regularizada através de ato administrativo, e que a lotação seja efetuada no Município de origem. — **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial da Folha de São Paulo, "Congresso Não, Diretas-Já", com envio de voto de louvor ao Editor-Chefe, jornalista Boris Casoy. — **Aprovado.** — (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da FAMEPAR, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo consulta sobre a legislação vigente e o processo correspondente para a criação de Microrregião político-administrativa. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Administrativo-Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo estudo de viabilidade sobre cessão, em regime de comodato, à Cáritas Diocesana de imóvel do DER, do Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo sejam adotadas as providências cabíveis no concernente à decisão do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, prolatada nos Autos n.ºs 7231/82, com trânsito em julgado, confirmando as penas aplicadas pelo Tribunal Regional Eleitoral aos responsáveis pela fraude eleitoral na Comarca de Corbélia. — **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo decisão governamental que contemple, em caráter prioritário, a Região Oeste do Paraná, no projeto de descentralização do Sistema Penitenciário, com a construção de Colônia Penal Agrícola. — **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a execução de Patrulha Mecanizada, no Oeste do Estado, Microrregião 13. — **Aprovado.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Indústria e Comércio e da Agricultura, encarecendo informações sobre o Programa Estadual de Micro-Destilarias. — **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Conselho Editorial do jornal "Folha de Londrina", a propósito da Campanha Pela Volta do Café. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hrsuchka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o encascalhamento e recuperação da estrada que liga Janiópolis a Santa Lourdes, passando por São Domingos. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial do jornal "Gazeta do Povo", intitulado "Os Quatro Pontos de uma Estratégia de Salvação Nacional". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A Matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Deputados que não traíram nem se acovardaram no último dia 25 de agosto. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças e ao Conselho Estadual de Contribuintes, encarecendo medidas à concessão da isenção do ICM sobre a comercialização do leite de gado bovino. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Penitenciária Central do Estado e Colônia Penal Agrícola, por intermédio da Secretaria da Justiça, encarecendo esclarecimentos a respeito do número de detentos fugitivos em nosso Estado, e razões das mesmas. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um Posto Veterinário, de Defesa da Saúde Animal, no Município de Santa Helena. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no "Jornal do Estado", intitulado "Dólares e Política", em face das oportunas colocações ali postas em relação às operações de empréstimos em dólares realizadas pelo Governo do Estado. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria dos Srs. componentes da bancada do PMDB do Estado do Paraná, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários do Planejamento e Finanças, convocando-os a prestarem esclarecimentos sobre os fatos que originaram a criação de uma Comissão de Alto Nível determinada pelo Decreto n.º 2934/84. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Para encaminhar encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, ainda que rapidamente, para fixar a posição favorável do PDS ao requerido pela Bancada do PMDB.

Congratulo-me com a valorosa Bancada do PMDB, que após reunião no Palácio Iguaçu, acordou para o grave problema que vive o Paraná. E espero que nós possamos, na próxima terça-feira, sem os estreitos limites de tempo, com a ampla participação do partido minoritário, realmente esclarecer as graves denúncias de suspeita de irregularidades, nas operações de contratação de empréstimo internacional. Suspeitas essas levantadas pelo ilustre Secretário do Planejamento do PMDB, que alega ter provas, e que provavelmente com a responsabilidade do seu cargo e pelo seu passado de homem público, não irá sonegar estas provas ao poder fiscalizatório do nosso Estado.

Lamento que esta Presidência tenha preferido colocar o requerido pela bancada da Maioria em votação antes do requerimento da Bancada do PDS, que apresentou o requerimento ainda na segunda-feira, e lamentavelmente Sua Excelência o Presidente desta Casa, coloca em votação o requerimento da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, me permita a interrupção, infelizmente a bola de cristal desta Presidência ficou em casa e o requerimento não se encontra sobre a mesa, porque está em mãos de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação e para que eu possa encaminhá-la.

Aliás, este comportamento é adotado por todos os Parlamentares, em todos os períodos legislativos que Vossa Excelência e eu convivemos nesta Assembléia.

Portanto, Vossa Excelência tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Mas, nobre Deputado, o requerimento não está na mesa...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — a Assessoria da Mesa tem conhecimento.

Mais ainda, Sr. Presidente, o requerimento é registrado na Presidência deste Poder.

Em consequência disto, não posso aceitar a justificativa de Vossa Excelência e espero, Sr. Presidente, que a sessão de terça-feira realmente corresponda ao desejo da ilustrada Bancada do PMDB, que neste Plenário se esclareçam, realmente todos os fatos e que nós, não nos cinjamos apenas ao Regimento Interno, ou ao limite estreito do horário, para que o Paraná tenha, uma tarde memorável deste Parlamento, que irá honrar os Parlamentares do PMDB que desassombradamente estão convocando os Srs. Secretários a este Plenário.

Espero poder, Sr. Presidente, em nome da Bancada da Oposição, na terça-feira, reafirmar os cumprimentos que hoje faço público, aos ilustres Deputados do PMDB, que confesso, numa atitude até inusitada, como inusitado é o caso dos escândalos dos dólares no Paraná, tiveram a coragem de trazer para o âmbito e para o conduto deste Poder, a discussão destas graves irregularidades. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência apenas informa ao Líder do PDS que não acata a reclamação de Vossa Excelência, pois o requerimento se encontra em poder do nobre Deputado. E, portanto, não estando na mesa, a Presidência não poderia colocar em votação.

Está em votação o requerimento de autoria da Bancada do PMDB. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Em consequência, prejudicado o requerimento que ainda se encontra nas mãos do Sr. Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Passo às mãos da Assessoria da Mesa e solicito que o requerimento seja votado de acordo com o registro anteriormente feito junto à Presidência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa já considerou prejudicado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu quero que Vossa Excelência informe em dados no que Vossa Excelência considera prejudicado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Nobre Deputado, está sendo convocado o mesmo Secretário do requerimento de Vossa Excelência, e portanto não vê a Mesa por que colocar outro requerimento no mesmo sentido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência desconhece o teor do meu requerimento e da Bancada do PMDB, de vez que solicito coisas diferentes, se bem que com o mesmo Secretário, mas depoimentos em outros locais.

Portanto, acho que Vossa Excelência deve colocar em votação o requerimento da Bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência já considerou o requerimento de Vossa Excelência matéria vencida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu recorro da decisão da Mesa ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, nós gostaríamos de pedir a benevolência dessa Mesa, que colocasse em votação o requerimento do nobre líder do PDS para que pudéssemos dirimir a questão, visto que a nossa Bancada interpreta da mesma forma que a oportunidade dada ao PDS de questionar os Secretários, está perfeitamente, sobejamente assegurada no requerimento da nossa Bancada.

Pediríamos à Mesa, para evitar maiores problemas, que colocasse em votação o requerimento do Líder do PDS, manifestando já, antecipadamente, que a nossa bancada votará contra, porque não nos interessa polêmica na condução. Nos interessa, é a apuração do fato, e para isso, os Secretários estarão aqui na

convocação de nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência apenas informa aos Srs. Deputados que não acatou o requerimento.

De acordo com o Regimento Interno, no seu artigo 152: "É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de voto".

E esta Mesa colocará para decisão de Plenário, a decisão tomada por esta Presidência.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Está aprovada a decisão da Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, encarecendo esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na Universidade. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de cem carteiras escolares, bem como apoio financeiro para a construção de uma quadra de esportes para o Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, Ensino de 1º e 2º Graus, no Município de Mariluz. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a criação de uma Coordenadoria Regional daquele Instituto, no Município de Irati. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de moção de repúdio aos dez Parlamentares paranaenses que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira, ou se ausentaram da Plenária do Congresso Nacional. — Prejudicado face a aprovação de requerimentos análogos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário do Planejamento, para que compareça à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de prestar informações quanto às operações de crédito externo contratadas ou em andamento, por parte do Poder Executivo, a partir de 15 de março de 1983. — Prejudicado face a aprovação de requerimentos análogos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando títulos de "Personas Non Gratas" ao Paraná, destinados aos Srs. Deputados Antônio Ueno, Ari Kfury, Fabiano Braga Côrtes, Ítalo Conti, José Martinez, Oscar Alves, Octávio Cesário, Reinhold Stephanes, Renato Johnson e Santos Filho. — Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61/83, 75/83, 121/83, 143/83, 241/83 e 52/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 134, 135, 136/83 e 03/84.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 98, 118, 125 e 133/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1.984.

QUATRO PONTOS DE UMA ESTRATÉGIA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Gazeta do Povo, 04/05/84.

Ivo Arzua Pereira

Absorvidos por uma série de relevantes problemas familiares, profissionais e comunitários, não pretendíamos voltar, tão cedo, a tratar de questões tão transcendentes com as que ora envolvem a Nação brasileira.

Desde a inesquecível jornada democrática que nos levou à Prefeitura de Curitiba, vimos realizando estudos e publicando trabalhos visando a estruturação e desenvolvimento da democracia brasileira, tais como: Municipalismo e Desenvolvimento - 1966; Mobilização Nacional para o Desenvolvimento - 1966; Planejamento Democrático do Estado Brasileiro - 1967, culminando com os livros publicados: "A Estratégia do Grande Impulso - o Brasil na Década de 70" - 1970; "Com Licença, Sr. Candidato" - 1983 e "Há que Continuar Semeando" - 1983, estes últimos enfeixando duas coletâneas de crônicas publicadas desde 1977, no extinto jornal "Correio de Notícias" desta Capital.

No primeiro - "A Estratégia do Grande Impulso" - ressaltávamos, à página 23, uma das mais importantes características do mundo moderno: "Estamos vivendo uma era de estruturas móveis, na qual as instituições humanas envelhecem rapidamente e necessitam de constante atualização, sob pena de se transformarem em instrumentos de opressão e retrocesso, ao invés de agentes do progresso e bem-estar que deveriam ser". Após outras importantes considerações, concluíamos pela inadiável necessidade de um planejamento estratégico, consubstanciado em quatro pontos fundamentais que, ao final desta crônica, reproduziremos.

Nos segundo e terceiro livros, contendo coletâneas de crônicas que publicáramos na imprensa local, a partir de 1977, assustados com o perigoso rumo que tomavam os acontecimentos sociais, políticos e econômicos do Brasil e do Mundo, repisávamos alguns argumentos já enfocados no primeiro livro e enfatizávamos aqueles que encarávamos como os principais tópicos do "Desafio Brasileiro": 1) - Preparação do Cidadão de uma Grande Nação; 2) - Mudança do Comportamento Nacional; 3) - O Modelo Político; 4) - O Modelo Brasileiro; 5) - O Estado Brasileiro; 6) - Uma Nova Constituição; 7) - A Imprescindível Participação do Povo.

Para embasar nossas afirmações da premente necessidade da participação do povo nesse processo de transformação, que a nosso ver eram, inadiáveis e os acontecimentos de nossos dias estão aí para prová-lo, lembrávamos os sábios ensinamentos de dois destacados personagens do cenário mundial.

Um deles, intelectual e escritor de renome mundial Peter Druker, considerado geralmente como o papa da administração e do planejamento, afirmou em um dos seus "best-sellers": "Se o membro da sociedade não aprender que a satisfação de suas esperanças depende do aumento da produção, da produtividade e da eficiência, de que, em outras palavras, depende de seus próprios esforços, a promessa do Estado rico terminará em escravidão e miséria".

O outro, um herói do Estado Industrial - Henry Ford afirma em seu livro "Os Princípios da Prosperidade: Não existe no governo coisa nenhuma que não proceda do Povo e um Povo no qual morreu o espírito de iniciativa e a aptidão de arrumar-se por si mesmo, continua cada vez menos a agir por si mesmo, até que, por fim, Povo e Governo se reduzem a igual impotência".

Em nossa vida pública demos testemunhos teóricos e práticos das nossas convicções democráticas, sendo os dois maiores aqueles que resultaram em indiscutíveis e fulgurantes vitórias, tais sejam o "O Planejamento Democrático do Novo Plano Urbanístico de Curitiba", em 1965 e a "Carta de Brasília" - 1967, que dois anos após a nossa saída do Ministério da Agricultura ainda recebia elogios de órgãos internacionais, pelo impulso que havia dado à produção agropecuária nacional.

Em ambos os planejamentos, e em sua realização, houve ampla participação da população e das classes diretamente interessadas, o que garantiu-lhes a legitimidade, a autenticidade, e o entusiasmo em sua execução, o que comprovou sobejamente o acerto das nossas teses.

Hoje, dia 1.º de Maio, ao fazermos nossa habitual leitura matinal da Gazeta do Povo, deparamos com importantes trechos da mensagem do Presidente João Figueiredo, um dos quais nos impressionou profundamente e nos emocionou. Disse o Presidente: "A sociedade quer mudanças, a começar pela mudança no estilo político e nos métodos, quer mudanças, a começar pela mudança econômica, quer mudanças de comportamento ético. Em todos esses planos ou dimensões do corpo social, lavra a crise do nosso tempo".

Eis aí, portanto, o grande e insuspeito testemunho de que estávamos certos em nossas pregações democráticas, desde 1962, quando fomos eleito Prefeito de Curitiba, passando pelos nossos estudos, trabalhos e livros publicados, até a aplicação prática desses mesmos princípios e métodos, na Prefeitura de Curitiba e no Ministério da Agricultura, além da nossa clara posição política em várias oportunidades; sugerindo em voto no Conselho de Segurança que o AI-5, além de absolutamente efêmero e de curta duração, fosse prelúdio para a convocação de uma Constituinte; solidarizando-nos com pronunciamento do cel. Tarcísio em Ponta Grossa, no dia 04/03/78, sob o título "Participação e Responsabilidade", sendo um dos únicos a fazê-lo publicamente, o que nos valeu seria sanção governamental; participando da Frente de Redemocratização em 1978, com Euler Bentes, Magalhães Pinto, Accioly Filho, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e outros políticos de destaque, quando isso representava um pesado ônus político.

Com essas credenciais políticas e administrativas é que nos achamos no indeclinável dever de, mais uma vez, voltar a insistir na adoção das medidas que, se adotadas aquela época, nos teriam poupado tantos males e tantos sofrimentos e que, se agora forem postas em prática, certamente poderão, a médio prazo, nos reconduzir aos caminhos da prosperidade e da paz social, que todos ardentemente almejamos.

Essas medidas explicitadas nas obras já mencionadas

podem ser comsubstanciadas naqueles que denominamos "Os Quatro Pontos de uma Estratégia de Salvação Nacional", conforme a seguir discriminaremos: 1) - Renovação e Revitalização da Democracia Brasileira (criação de um autêntico Estado Brasileiro); 2) - Melhor Estruturação da Economia Nacional (modernização e otimização); 3) - Adequação das Instituições e Organizações Nacionais (à Nova Constituição); 4) - Mobilização Nacional para o Desenvolvimento (para aumentar a produção e a produtividade, acabar com a inflação, e combater a miséria, a doença, a criminalidade, etc).

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO SÉRGIO SPADA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1984.

CONGRESSO NÃO, DIRETAS JÁ

Folha de São Paulo - 04/05/84.

Nos últimos dias, tem sido veiculada com insistência crescente - tanto entre setores do governo quanto das oposições a tese de um possível acordo para converter o Congresso Nacional no organismo que elegerá o próximo presidente da República. Os pressupostos desse balão de ensaio são evidentes. De um lado, o reconhecimento de que o Colégio Eleitoral é hoje um cadáver irressuscitável; ao mesmo tempo, a consideração de que o Congresso poderia ser uma saída mais "ética" para o impasse sucessório, mantendo-se, assim, um sistema indireto de eleição que afastaria de uma vez por todas o "perigo" iminente das diretas-já.

Não causa surpresa o fato de que o governo e o PDS incentivem essa fórmula aparentemente conciliatória para contornar o âmago da crise política em que estamos todos envolvidos. Tratar-se-ia, nesse caso, de salvar as aparências institucionais, garantindo uma retirada de cena "honrosa".

O que mais preocupante do ponto de vista da opinião pública, entretanto, é que certas lideranças oposicionistas passem a encarar aquela hipótese com relativa naturalidade, pelo menos nos bastidores da negociação. Não há como tergiversar neste assunto. Constitui dever dos homens públicos que se comprometeram com os anseios nacionais retornar agora às praças para submeter ao crivo das massas populares a nova palavra de ordem que parecem propensos a acatar: "Congresso-já".

Não são poucas as razões que levam a cidadania a desconhecer legitimamente no atual Congresso para efeito de eleição presidencial reafirmar que o objetivo das diretas-já expressa não só uma forma de escolha ou mera exigência moral. Muito mais do que isso, representa uma reivindicação política de natureza profundamente democrática que se consubstancia na reconquista do direito pleno ao autogoverno.

Não está em questão, nesta perspectiva, fazer uma análise comparativa entre o Colégio Eleitoral e o Congresso Nacional, que fatalmente concluiria pela menor ilegitimidade da instituição parlamentar. O problema é mais complexo. As aspirações de mudança da sociedade civil - hoje em estado de vigilância permanente - não podem satisfazer-se com mais um artifício que visa claramente a impedir a manifestação soberana do eleitorado nas urnas.

Não será demais lembrar, de todo modo, o elenco de aspectos que tornam a composição do atual Legislativo ilegítima e inaceitável como instância decisória para sufragar o sucessor do presidente Figueiredo. O Congresso é a própria espinha dorsal do Colégio Eleitoral: dos 686 membros deste, 548 são congressistas, isto é, cerca de 80% dos delegados que o compõem.

Persiste na estrutura do Legislativo boa parte das distorções existentes no Colégio Eleitoral. Doi terços do Senado foram empossados em 1978, pouco após a edição traumática do

pacote de abril; por isso mesmo, um terço dos senadores não teve sequer os nomes sufragados nas urnas — foram impostos pelo poder central como biônicos. Quanto aos mandatos adquiridos nas eleições de 1982 (Câmara dos Deputados em sua totalidade e mais um terço do Senado), é indispensável considerar a série de expedientes autoritários em vigor naquele pleito, restringindo em parte a legitimidade do processo e propiciando deformações nos resultados. Em suma, não houve eleições livres no sentido rigoroso do termo. A Emenda nº 22, ao fixar números mínimo (8) e máximo (60) das bancadas estaduais de deputados, incrementou a desproporção na representatividade entre Estados mais e menos povoados. Inexistiu verdadeira liberdade partidária, problema agravado com a proibição de coligações e a imposição das sublegendas. A Lei Falcão continuou em vigor, proibindo o livre debate eleitoral em rádio e TV, recurso elementar e fundamental em qualquer democracia moderna.

Como se não bastasse tais limites, pesa ainda sobre o Congresso forte crise de confiabilidade ante a opinião pública, em parte provocada pela tradição elitista das instituições políticas brasileiras e pela função de mera caixa de ressonância do poder central a que esteve relegado durante o período mais autoritário do regime.

Após a frustração da vontade nacional a 25 de abril, é natural que a desconfiança dos cidadãos a respeito do Legislativo tenha aumentado, e muito.

Só há um caminho para as forças políticas empenhadas, no interior do Congresso, com as reivindicações da cidadania: evitar as ciladas que signifiquem capitulação da luta por diretas-já.

Só há um caminho para a sociedade brasileira: vigiar seus representantes e permanecer mobilizada — com ordem e firmeza — como até agora soube fazer.

É nesta hora mais difícil que as lideranças partidárias e civis devem redobrar esforços e demonstrar em praça pública que a chama da liberdade continua a brilhar no coração dos brasileiros.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1.984.

DÓLARES E POLÍTICA

Jornal do Estado — 06/05/84

A grave crise política que eclodiu no Governo do Estado tem características inusitadas, fazendo com que o envolvimento das pessoas e o desdobramento dos acontecimentos constituam fatos inéditos na história da política do Paraná.

Divergências entre auxiliares diretos do Governador e entre correntes políticas que o apoiam são ocorrências normais, fazem parte do jogo do Poder e todos nós sabemos que os próceres oriundos do Partido Popular, que tem como chefe incontestado o Sr. Jayme Canet Júnior, não foram plenamente absorvidos no seio do PMDB, que se considera o vencedor eleitoral e, conseqüentemente, o defensor do Governo do Estado.

O que, porém, é digno de registro, por ser inédito, é a atitude de um Secretário de Estado denunciar ao Governador outro Secretário de Estado, por supostas práticas irregulares e falta de exatidão na defesa dos interesses do Estado. Tanto mais que esses interesses são financeiros, expressos em dólares, aquilataados em cifras

de milhões, envolvendo instituições bancárias, inclusive estrangeiras.

A denúncia lança suspeita ao Governo, deixando uma incognita maliciosa sobre o destino da diferença das comissões pagas pelos agenciadores dos empréstimos negociados e concedidos ao Tesouro do Paraná.

Não se trata de acusar um Secretário de Estado. Governo é um todo, e o Secretariado é parte integrante dele, administrativa e politicamente. Possui, como o Governador, responsabilidade nos atos oficiais, pois referenda, com o Governador, as leis e os decretos das pastas respectivas. Representa a ação do próprio Governador nos diversos setores da administração, como se fora o próprio.

Não há, pois, neste caso, acusação ao Secretário das Finanças, mas ao Governo do Estado.

Nem os Secretários de Estado, em matéria de praticar irregularidades ou práticas delituosas no exercício das suas funções, estão equiparados aos funcionários públicos: incidem no crime de responsabilidade, processados e julgados sob normas especiais.

Jamais se viram as coisas correr como estão correndo nos nossos arraiais políticos.

Secretário acusar o Governo a que pertence. Secretário acusado, aceitar abertura de inquérito e permanecer nas funções e o Governador afirmar que o Governo está certo, porque faz constituir comissão de inquérito para apurar o que ele — o Governo — está fazendo de errado.

O Governo Federal abriu inquérito em todos os casos de corrupção que escandalizaram o País: Delfin, Brastel, Capemi e por último a série de desfalques e desmandos do Ministério de Agricultura. Em todos os casos, foram afastados os protagonistas. O Ministro caiu. Os inquéritos continuam. E o povo faz coro com a oposição, ao proclamar que a corrupção persiste e ninguém está sendo punido.

No caso do Paraná, a denúncia sobre comissões nos empréstimos em dólares pode ter tido natureza política. Mas o caso deixou de ser político para ser moral.

Está em jogo, não a conduta de um Secretário, mas todo um comportamento do Governo do Sr. José Richa.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA NA SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1.984.

NOTA OFICIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DO PDS, DEPUTADO AIRTON CORDEIRO.

O Diretório Regional do Partido Democrático Social (PDS) manifesta, por irrecusável dever de respeito à opinião pública, sua estranheza face à designação, pelo Senhor Governador José Richa, de uma comissão especial para apurar denúncias sobre irregularidades eventualmente cometidas na esfera da Administração Estadual, em operações de crédito internacionais, a partir de 15 de março de 1983.

Considera que o Senhor Governador do Estado dispõe de elementos suficientes para uma correta avaliação do quadro, que se afigura lesivo aos interesses da administração pública, detendo condições suficientes para a formação de um juízo definitivo sobre a matéria, cujo conteúdo de legalidade — passível de tergiversações e equívocos — pode esconder ações moralmente indefensáveis.

Acredita o Diretório Regional do PDS que as diversas reuniões promovidas nos últimos dias no Palácio Iguaçu, entre o Governador e os Secretários de Estado responsáveis

pelos questionamentos iniciais — e que agora se tornaram do domínio público — acentuam apenas a posição de Magistrado superior que se espera confirmada numa ação enérgica do chefe do Executivo, determinando, através das prerrogativas que lhe são sobejamente peculiares, o esclarecimento definitivo das questões levantadas.

A evidente existência de partes em conflito dentro da Administração Estadual, não pode ser argüida como pano de fundo para encobrir a gravidade de uma indagação que tem reflexos no mínimo lesivos, quanto à conduta das coisas públicas por parte do Governo do Estado.

Da leitura das notas e comunicados oficiais liberados nas últimas horas pelo Palácio Iguaçu, depreende-se evidente interesse em minimizar a gravidade de um problema que não pode ficar circunscrito à visão de episódicas beligerâncias intestinas.

Entende o Diretório Regional do Partido Democrático Social que o evidente jogo de interesses políticos, de facções e grupos que se abrigam hoje no Governo do Paraná, não forma elemento convincente para desculpar ou amainar a gravidade dos questionamentos levantados. Entende também que o momento não comporta posicionamentos que possam ser entendidos como apoio a facções eventualmente em choque na administração do Governador José Richa.

Com a segurança que o momento exige, momento em que possivelmente se levanta a ponta de todo um processo de irresponsabilidade administrativa, o PDS do Paraná registra sua perplexidade diante daqueles que, tendo a obrigação de revelar a verdade inteira e assim cumprindo um preceito constitucional manipulam dados e fatos, com isso esperando, ao que parece, investir no tempo e na fragilidade da memória das gentes.

Ciente de seu papel histórico, de partido investido por mandato popular, no papel de fiscalizar em lugar da opinião pública, o Partido Democrático Social registra sua confiança na verdade verdadeira, a despeito dos estratagemas de ordem semântica e das saídas honrosas e/ou de compromisso que, no momento, tudo indica estarem sendo montadas. Confia, sobretudo, na exceção da verdade e espera que a discussão aberta das verdades administrativas sejam entendidas como tributo que necessariamente se deve pagar numa administração que se pretende séria, transparente e democrática.

AIRTON CORDEIRO

03.05.84

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1.984.

CONTRIBUIÇÕES À POLÍTICA URBANA

Conclusões do Painel de estudos aos 291 anos da fundação de Curitiba, onde Vereadores, Deputados e Líderes Comunitários do PDS analisaram a deterioração da Cidade de Curitiba e dos Serviços Urbanos no Governo Municipal do PMDB.

O povo está a exigir o respeito que merece. Para evitar que a Cidade de Curitiba seja esmagada por interesses alheios à sua História, na certeza de que o pleno exercício do mandato nos obriga a caminhar além das críticas e

denúncias, desvendando os horizontes e perspectivas de solução para os problemas urbanos contemporâneos. Os signatários deste documento, apontamos algumas perspectivas que julgamos acertadas, como contribuições à política urbana do atual Governo Municipal do PMDB:

1. Continuidade, com seriedade e vigilância pessoal do Senhor Prefeito e participação ampla de toda a população, dos estudos para implantação do Programa de Eletrificação da Rede Integrada de Transportes, de preferência com a opção por soluções de maior permanência, não conflitantes com parâmetros já consagrados de uso do solo e adensamento populacional.
2. Continuidade do Programa NOSSO, a cargo da Cidade Industrial de Curitiba, pelas oportunidades que oferece aos desempregados de deixar de fazer parte do grave problema e passar a ser geradores de um renascimento econômico, que é solução.
3. Continuidade da política de animação da Cidade, desenvolvida pela Fundação Cultural de Curitiba, com a percepção de que a cultura e a identidade de toda a gente tem duas asas que lhes garantem voo permanente: a erudita e a popular. Seja, intensificado o Programa de Descentralização da Cultura, com edições de Memórias de Bairro, História das Mentalidades, e priorização de atividades comunitárias e coletivas amplas, sem que sejam aviltados os criadores individualmente.
4. Implantação de medidas visando atender ao problema das enchentes nas áreas sujeitas à inundação, através de:
Relocação de moradias construídas em áreas sujeitas à inundações (fundos de vale), através da COHAB de Curitiba;
Construção de barragens de regularização e de contenção (de baixo custo) nas cabeceiras dos rios da bacia do Iguaçu que cruzam a Cidade;
Continuidade da implantação do Parque Regional do Iguaçu através da execução de canais paralelos e navegáveis ao longo do leito do rio, no limite de Curitiba com os municípios vizinhos;
5. Implantação do Plano de Racionalização de Coleta e Destino final do lixo urbano, com atenção para a preservação do vale do rio Passaúna, sobretudo pela futura implantação e jusante da Colônia Lamenha Pequena de uma barragem de captação de água para a parte sul e Cidade Industrial.
6. Retomada de um programa de implantação de esgotos sanitários, nos moldes do antigo programa MAIS, com tratamento local dos resíduos, inclusive em pequena escala.
7. Participação efetiva na execução dos programas básicos de interesse metropolitano, em especial da racionalização do transporte metropolitano, com a previsão de integração de linhas intermunicipais à Rede de Transportes da Cidade sobretudo no eixo norte-sul, para serviço das

- populações dos municípios vizinhos de Colombo e Araucária. Igual integração com o Município de Piraquara.
8. Implantação de programa de atendimento das necessidades básicas da população carente, com execução dos itens:
Melhoria das condições de habitabilidade em áreas de favela, com instalação de equipamentos básicos; melhoria das condições habitacionais e de infra-estrutura em áreas carentes;
Complementação dos módulos de atenção primária à saúde, nos moldes de convênio celebrado, e até agora honrado, pelo INAMPS.
Complementação da rede de atendimento infanto-juvenil junto às 85 escolas da Cidade sob responsabilidade do Município.
Continuidade à implantação da Rede de Atendimento Escolar, priorizando o ensino de primeiro grau, e evitando atrelar a Educação a comandos políticos-partidários;
Implantação de uma rede de abastecimento de Gêneros de primeira necessidade, horto-mercados, nas áreas carentes;
Continuidade das experiências de assentamento de migrantes em regime de agro-vilas rurbanas, e sua integração à Rede de Abastecimento abrindo novos canais de comercialização.
 9. Consolidação da Cidade Industrial de Curitiba, através da efetiva participação do Governo do Estado do Paraná, como compensação à Cidade pelos investimentos ali realizados, e tendo em vista a expressiva arrecadação de ICM que faz do poder estadual o maior beneficiário da CIC. Amortização dos financiamentos contratados, para viabilização da CIC, considerando o escalonamento da dívida, e a separação da mesma em encargos e principal a cada exercício.
 10. Continuidade, com retomada enérgica, dos programas habitacionais segundo a política da COHAB de Curitiba, com a ocupação dos estoques de terras disponíveis, orientando-os prioritariamente para as populações carentes.
 11. Continuidade do programa de preservação ambiental: áreas verdes, edificações de valor histórico, cultural e arquitetônico, cursos da água. Criação dos parques setoriais para serviço aos bairros de Curitiba, com localização na Fazendinha, no Bosque Hauer, no Bacacheri, no Bosque do Taboão, e na Vilinha do Atuba. (Parque Histórico da Cidade).
 12. Implantação, em caráter de urgência, do Contorno Norte da Cidade, possibilitando a retirada do tráfego de caminhões pesados, da malha viária urbana.
 13. Complementação do sistema viário básico, dando tratamento adequado às vias de penetração, vias coletoras, vias de ligação entre-bairros, notadamente quanto a calçadas, iluminação pública e sinalização — ultimamente abandonadas.
 14. Consolidação dos sistemas CIA e SEMAT, bem como do programa ESTAN, que se tem mostrado gerador de empregos e eficiente para o uso racional do Centro da Cidade pela população como um todo.
 15. Continuidade do programa de comunicação visual da cidade. Abandonado no último ano. Idem para o programa de Despoluição visual do patrimônio arquitetônico não monumental e da paisagem urbana.
 16. Cumprimento integral do Código de Posturas Municipal, até que se processe a sua revisão.
 17. Reforço à política de implantação e operação de equipamentos urbanos, com ênfase para a reposição do que se deteriorou, como os abrigos de Transporte Coletivo, por exemplo.
 18. Adequação e revisão da Legislação de Zoneamento com acompanhamento da elaboração das propostas pela Comissão de Urbanismo da Câmara Municipal, introduzindo-se novos instrumentos que atenuem os efeitos negativos da especulação imobiliária — tais como solo criado, estímulos construtivos e outros.
 19. Consolidação da política de recursos humanos desenvolvida junto ao corpo funcional do Município de Curitiba, com clareza de intenções e sem privilegiamento de comandos políticos inaceitáveis;
 20. Luta pela implantação do projeto CURA, que atende os bairros em sua totalidade e, de recursos liberados pelo Senado Federal em 25 de março de 1983, foi agenciado de forma ineficiente pelo nosso IPPUC e acabou atingido pelo congelamento decorrente da resolução 831 do Banco Central. Empenho político em que se dê à Cidade o que ela merece, para que se construa a verdadeira federação com o fortalecimento dos Municípios.
 21. Permanente insistência, junto aos órgãos do Governo Federal e Estadual, para fortalecimento da Cidade de Curitiba, através de convênios que permitam melhorias na infra-estrutura urbana, nos serviços, na geração de empregos e na qualidade da vida dos cidadãos. Afinal, prenúncios de um esboço da Federação que todos desejamos, só se traduzem na descentralização dos recursos arrecadados nas cidades. Até a conveniente Reforma Tributária, que restaure a plenitude de autonomia municipal, como célula base da República.
 22. Consolidação dos mecanismos de segurança pública e comunitária por um policiamento preventivo, feito com inteligência e acima de força. Criação de órgão, a nível municipal responsável pela política viária de Curitiba, criação de um grupo de segurança de trânsito, inclusão, nos currículos escolares da prática educativa de trânsito e participação efetiva do município junto ao Corpo de Bombeiros.
 23. Cumprimento da Lei Tributária, com retirada da correção antecipada, revisão nos lançamentos do IPPUC e adoção de critérios mais justos e humanos.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1.984.

AS OFENSAS CONTRA O LÍDER
NEY BRAGA

Jornal do Estado - 01-05-84.

Os acontecimentos verificados no último dia 27, no Aeroporto Afonso Pena, quando da chegada de políticos paranaenses que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, deve ser objeto de análise por parte da imprensa, já que um grupo de seus elementos comportou-se de maneira inadequada e incondizente com a ética e os bons costumes da classe jornalística.

O que se viu foi uma explosão de revolta desconcertante e injustificada por parte de um grupo de jornaustas, alienados ideologicamente, que abandonaram a postura que deveriam manter como profissionais para promover um espetáculo triste e profundamente lamentável. Foram cenas chocantes e até mesmo baixas e que merecem todo o repúdio da sociedade paranaense.

Até mesmo o ex-Governador Ney Braga (um dos chefes da campanha presidencial de Aureliano Chaves e que defende a realização das diretas-já) foi alvo dos manifestantes, ao lado dos Deputados Oscar Alves e Joaquim dos Santos Filho. Todos sofreram agressões morais de toda a ordem, com palavras de baixo calão ofenderam não somente sua condição de homens públicos, mas também sua integridade pessoal e a vida particular.

Deve-se deixar bem claro que nenhum daqueles jornalistas pertence aos quadros do JORNAL DO ESTADO, porque os profissionais que aqui trabalham não costumam perder o controle emocional e se portar incondignamente. E muito menos agredir moralmente um homem público do porte do Sr. Ney Braga, que por duas vezes foi Ministro de Estado e Governador do Paraná, além de ter sido, por muitos anos, um brilhante

parlamentar na Câmara Federal e no Senado.

A atitude de extremismo adotada por aquele grupo de jornalistas fere frontalmente os princípios de convivência democrática, que é a expressão do livre pensamento e a fidelidade aos princípios partidários. Os parlamentares que votaram contra a Emenda das Diretas o fizeram de acordo com a orientação da direção do Partido a que pertencem. Criticar essa posição é um direito inalienável da imprensa, mas agredir moralmente e de forma baixa e rasteira é um comportamento que deve ser denunciado e condenado. Já basta quando um Vereador curitibano, também de posições extremadas, propõe no Legislativo da cidade um voto de repúdio a todos os parlamentares paranaenses que usaram do sagrado direito de optar pelo sim ou pelo não no exercício de mandato legítimo no Congresso Nacional. E são pessoas assim que se intitulam defensores da liberdade de expressão e da democracia.

Este artigo tem por finalidade, além de denunciar e criticar esse comportamento inadequado de jornalistas, ressaltar a condição de homens públicos e de cidadãos paranaenses do ex-Governador Ney Braga, Deputados Federais Oscar Alves e Joaquim dos Santos Filho. Infelizmente foram pessoas ligadas à imprensa os autores de atos tão indignos que revoltaram todas as pessoas que se encontravam no aeroporto naquele momento. Que a sociedade paranaense fique sabendo que se trata apenas de uma minoria envolvida ideologicamente e com compromissos assumidos com o extremismo quando, na condição de jornalistas, deveriam ter obrigações para com o público.

É necessário que se ressalve a imprensa paranaense desse episódio, para que o bom nome que os profissionais e empresários do setor mantêm com enorme sacrifício, não seja envolvido em questões dessa natureza. Não se ataca impunemente e de maneira grosseira qualquer cidadão decente e honrado, especialmente quando se trata de homens públicos do porte de Ney Braga, que sempre soube assimilar e compreender as críticas que a imprensa já lhe dirigiu no exercício de sua missão pública, que a todos os paranaenses muito orgulha. Foi um fato lamentável que não deve ser repetido.